



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS LICENCIATURA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARIA FRANCIELE DO NASCIMENTO SANTOS

**A ANÁLISE DO DISCURSO NA PERSPECTIVA DA ACD NA LINGUAGEM
CINEMATOGRÁFICA: A REPRESENTAÇÃO DA SURDEZ E DO SUJEITO SURDO
NO DISCURSO FÍLMICO DE NADA QUE EU OUÇA (2008), DIRIGIDO POR
JOSEPH SARGENT**

Itabaiana – SE

2023

MARIA FRANCIELE DO NASCIMENTO SANTOS

**A ANÁLISE DO DISCURSO NA PERSPECTIVA DA ACD NA LINGUAGEM
CINEMATOGRAFICA: A REPRESENTAÇÃO DA SURDEZ E DO SUJEITO SURDO
NO DISCURSO FÍLMICO DE NADA QUE EU OUÇA (2008), DIRIGIDO POR
JOSEPH SARGENT**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciatura plena em Letras-Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Me. Daisy Mara Moreira de Oliveira.

Itabaiana – SE

2023

MARIA FRANCIELE DO NASCIMENTO SANTOS

**A ANÁLISE DO DISCURSO NA PERSPECTIVA DA ADF NA LINGUAGEM
CINEMATOGRAFICA: A REPRESENTAÇÃO DA SURDEZ E DO SUJEITO SURDO
NO DISCURSO FÍLMICO DE NADA QUE EU OUÇA (2008), DIRIGIDO POR
JOSEPH SARGENT**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade Federal de Sergipe, como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do Grau de
Licenciatura plena em Letras-Língua Portuguesa.

Aprovado em _____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira - UFS

Prof. Dr. Derli Machado de Oliveira - UFS

Itabaiana – SE

2023

AGRADECIMENTOS

Quando recordo de todo meu trajeto até chegar aqui, me vem na memória dias felizes, difíceis, de angústias, todo um processo que me ensinaram ter esperança, força e inclusive a saber agradecer tudo, seja obstáculos ou vitórias. E hoje, com o coração quentinho transbordando de tanta felicidade e amor, eu olho para trás e sinto um grande desejo em expressar primeiramente toda a minha gratidão a Deus por conduzir a minha história, minha vida, com tanto cuidado, sinto que teus planos sempre são os melhores para mim. Por isso confio em ti, toda a minha vida. A minha linda família que formei, meu esposo Carlos que sempre faz de tudo para me ver feliz, sempre tão presente, compreensivo, atencioso, carinhoso e amoroso. Nossa união traz leveza aos meus dias. Ao meu filho Brayan que é autista e foi minha grande inspiração nesse trabalho, embora essa pesquisa não aborde sobre o autismo, foi a partir desse contexto que brotou a vontade de pesquisar sobre as diferenças. Filho você me inspira, renova minhas forças, me torna uma pessoa melhor a cada instante. Além disso, é amor e sentido para minha vida. Vocês são verdadeiras bênçãos, é um privilégio dividir minha vida com vocês, meus amores. Para a minha amada mãe, Patricia Pereira, eu sou imensamente grata por toda parceria, esforço e dedicação para me criar sozinha e dar o seu melhor para que eu tivesse boa educação, bons conselhos. Você é aconchego, paz e amor. Graças a você mãe eu sou hoje, essa menina mulher forte, feliz e segura de si. Obrigada por sempre acreditar na minha capacidade de obter o título de nível superior. Agradeço, a minha família, minha Vó Joseane, Madrinha Adriana e Tia Andreia que são como mães, significam amor, cuidado e luz para mim. Obrigada por acreditarem em mim. A minha família mais recente, como especialmente minha sogra Maria e minha cunhada Vitória por dedicar uma parte de suas vidas para cuidar com tanto carinho e amor do nosso pequeno Brayan. Assim como também Rafaela, Thiago e demais familiares que me ajudaram a cuidar do nosso menino para que esse trabalho fosse finalizado. A minha querida amiga Kauane, que com toda sua graça e bondade esteve disponível e presente na minha casa me ajudando com Brayan. Aos amigos que a universidade me presentou, Luciana, Joseane, Bruna, Raulina, Flaviane, Camila e Paula por compartilhar conhecimentos, boas risadas, leveza, bons momentos durante toda essa nossa caminhada na graduação. Agradeço a minha orientadora Daisy Mara e o professor Derli Machado, por toda paciência, entusiasmo, empenho e incentivo durante todo o processo desta pesquisa.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Considerando a importância do cinema como linguagem discursiva, espaço em que também se promove representações culturais e sociais, esta pesquisa busca analisar os discursos que representam a surdez e o sujeito surdo na obra fílmica de *Nada Que Eu Ouça*, dirigida por Joseph Sargent. Objetivamos, pois, investigar, mediante a teoria tridimensional do discurso da ACD, como as identidades sociais são reproduzidas nos discursos que contribuem para a representação imagética do surdo no filme, mas também, especificamente, como a cultura e a identidade dos surdos são produzidas nos discursos, sob o predomínio de discursos históricos. Diante disso, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa apoiada teoricamente em Costa (2010), Kumada (2016), Sá (2006), Skliar (2010), Fairclough (2001), Pedrosa (2008), dentre outros. Do filme foram selecionadas cinquenta e oito imagens, as quais foram editadas gerando um total de dezesseis fotomontagens, para compor o corpus fílmico. Conforme as análises realizadas é possível mostrar que os personagens surdos representados pela família materna de Adam e comunidade surda vivem em um estado de dominação e exclusão, principalmente na relação com a família paterna e sociedade ouvinte, que semeiam a ideologia ouvintista. Além disso, pode-se observar, no filme, como esse elo de dominação vai sendo contestado desde que os personagens surdos e integrantes associados a comunidade surda promovem um contradiscurso, que afirma a cultura identitária do povo surdo.

Palavras-chave: Cinema; Discurso; Cultura e identidade dos surdos.

ABSTRACT

Considering the importance of movie theater as a discursive language, a space where cultural and social representations are also promoted, this research aims to analyze the discourses that represent deafness and the deaf subject in the film work "Nada Que Eu Ouça" (Nothing I Hear), directed by Joseph Sargent. The objective is to investigate, through the three-dimensional discourse theory of ACD, how social identities are reproduced in the discourses that contribute to the imagery representation of the deaf in the film, but also, specifically, how the culture and identity of the deaf are produced in the discourses, under the dominance of historical discourses. Therefore, bibliographic and documentary research was chosen, with a qualitative approach supported theoretically by Costa (2010), Kumada (2016), Sá (2006), Skliar (2010), Fairclough (2001), Pedrosa (2008), among others. Fifty-eight images were selected from the film, which were edited to generate a total of sixteen photomontages to compose the film corpus. Based on the analyses carried out, it is possible to show that the deaf characters represented by Adam's maternal family and the deaf community live in a state of domination and exclusion, especially in their relationship with the paternal family and the hearing society, which sow the ideology of hearing superiority. Furthermore, in the film, it can be observed how this bond of domination is being contested as the deaf characters and members associated with the deaf community promote a counter-discourse that affirms the cultural identity of the deaf people.

Keywords: Movie theater; Discourse; Deaf culture and identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Diálogo sobre a voz de Adam.....	40
FIGURA 2: “E ouvir alguma coisa é melhor do que nada”	40
FIGURA 3: Esforços de oralização.....	42
FIGURA 4: Imposição da fala.....	43
FIGURA 5: Aceitação do implante coclear.....	44
FIGURA 6: Propagação de estereótipo surdo.....	46
FIGURA 7: Todd discriminar Adam.....	47
FIGURA 8: Adam afirma para Todd que é surdo.....	49
FIGURA 9: A advogada expõe a língua de sinais como uma forma de inglês sinalizado.....	50
FIGURA 10: “A mãe me deu mãos mágicas”.....	51
FIGURA 11: Interrogatório sobre a língua e a cultura surda.....	52
FIGURA 12: A advogada questiona Srta. Kramer no tribunal.....	55
FIGURA 13: O contraste entre surdo e ouvinte.....	56
FIGURA 14: “Eu sei quem sou, tenho minha gente, meu idioma, minha cultura, e minha identidade”.....	56
FIGURA 15: Laura profere discurso de aceitação da surdez.....	56
FIGURA 16: Preocupação de Laura com Adam.....	57

LISTA DE SIGLAS

Libras- Língua Brasileira de Sinais

A.C- Antes de Cristo

AD- Análise do discurso

ACD- Análise Crítica do Discurso

FENEIS- Federação Nacional de Educação e integração dos Surdos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
1.1 Breve histórico dos surdos.....	14
1.1.1 Abordagens de ensino para surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo.....	16
1.1.2 Educação dos surdos no Brasil.....	20
1.1.3 A língua de sinais caracterizando o surdo como sujeito.....	21
1.1.4 A identidade e cultura como sinal de luta contra o discurso ouvintista.....	23
1.2 O cinema como representação social.....	27
1.3 A Análise Crítica do Discurso.....	32
1.3.1 A Concepção Tridimensional do Discurso.....	34
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	37
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS.....	39
3.1 Imposição cultural ouvinte.....	40
3.2 O preconceito contra as pessoas surdas.....	45
3.3 A defesa do artefato cultural linguístico do surdo.....	49
3.4 Identidade e cultura surda: o contradiscurso da comunidade surda.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o filme *Nada Que Eu Ouça*, produção lançada em 2008 mundialmente e foi adaptada de *Sweet Nothing In My Ear*, dirigida pelo produtor Joseph Sargent. A escolha desse objeto surgiu junto com o desenvolvimento da disciplina de Língua Brasileira de Sinais / Libras, durante o segundo período da graduação, quando foi utilizado o recurso de filme para expandirmos os conhecimentos e nos aproximarmos da realidade dos surdos. A partir disso, a cada aula, contato e interação com indivíduos surdos, brotava um grande desejo de conhecer mais sobre essas pessoas, como se dava seu modo de vida, sua cultura e o processo de afirmação de sua identidade.

Diante disso, nos surgiu a curiosidade de examinar como as indústrias cinematográficas espelham esses sujeitos em suas obras com o intuito de tecer reflexões acerca dos discursos permeados na obra fílmica, em virtude do caráter discursivo da linguagem do cinema, pensada como instrumento de representação do imaginário social.

Assim, este trabalho tem por objetivo geral investigar os discursos que circulam socialmente acerca da surdez e do indivíduo surdo, retratados no cinema através do filme *Nada Que Eu Ouça*. De acordo com o objetivo, fez-se a análise das narrativas do filme definido relacionando as concepções de análise textual, prática discursiva e a prática social a partir da ACD para revelar de que modo o discurso histórico carregado de ideologia oralista¹ colabora na formação da imagem surda. Além disso, perceber a maneira que as pessoas surdas compreendem a surdez e a si mesmas. Por isso, pretende-se esclarecer o seguinte questionamento: Como são formados os discursos que contribuem para a representação imagética da surdez e da constituição dos surdos enquanto sujeito possuidor de cultura e identidade no contexto fílmico em comparação com a historicidade deste sujeito posta na literatura?

Desde a antiguidade, com a predominância do ouvintismo², a sociedade vem priorizando a língua falada em detrimento da língua de sinais. Questões como esta, enfatizam a supervalorização da forma como os ouvintes se comunicam, demarcando o poder ouvinte sobre

¹ Segundo SKLIAR (1997, p. 256) “O oralismo foi e segue sendo hoje, em boa parte do mundo, uma ideologia dominante dentro da educação do surdo. A concepção do sujeito surdo ali presente refere exclusivamente uma dimensão clínica- a surdez como deficiência, os surdos como sujeitos patológicos- em uma perspectiva terapêutica”.

² Segundo SKLIAR (2010, p.59) “Academicamente esta palavra- ouvintismo- designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização”.

os sujeitos surdos, encontrando nos mais diversos estereótipos surdo a oportunidade de negação do direito de representação da cultura e identidade surda a esses sujeitos.

O filme enquanto produção artística tem a atenção de um grande público e a maioria ressalta em seus discursos e práticas valores sociais, culturais e ideológicos, podendo fazer as pessoas refletirem o contexto social. O filme representa, portanto, um excelente recurso para o estudo, aproximação e sustentação da ideia de cultura e identidade particular dos surdos na sociedade, colaborando com a desconstrução das representações pontuais da história. Por isso, pesquisaremos sobre esse assunto de expressiva importância social, mas que ainda é pouco discutido nos filmes e desconhecido por grande parcela da sociedade.

O estudo aqui descrito se desenvolverá através de uma pesquisa bibliográfica, pois, se utilizará de definições da história dos surdos, de cinema e da ACD encontradas em artigos e livros para fundamentar a interpretação discursiva do filme. Tendo em vista, o objeto de análise que é um filme, nossa pesquisa abrangerá também a pesquisa documental, pois tem como material de análise uma obra fílmica. Segundo Markoni e Lakatos (2003, p.174):

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Também compreendemos que nossa pesquisa possui uma abordagem interpretativa e qualitativa, pois, segundo Neves (1996, p.1): “tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação”. Nesse sentido, foi possível explorar as representações discursivas da surdez, com base na seleção de cinquenta e oito recortes de imagens do filme.

Todas as imagens foram coletadas por meio de capturas de telas realizadas sobre o vídeo do filme em plataforma do *youtube*, e em seguida formatadas a partir da técnica de fotomontagens para compor o corpus de pesquisa. A edição resultou em um quantitativo de dezesseis fotomontagens para representar os discursos imersos no filme, as quais foram separadas por temáticas e serão interpretadas com base na teoria social de Fairclough na ACD, assim, identificaremos as posições discursivas adotadas pelos personagens que decorrem das mais variadas ideologias vigentes nas relações sociais, como cita Pedrosa (2008, p.163):

As representações podem recolocar os papéis e rearranjar as relações sociais entre os participantes, podem dar aos atores sociais tanto papéis ativos quanto passivos, a depender das assimetrias estabelecidas no discurso.

Destarte, a pesquisa está dividida em três capítulos, estruturados para comportar tanto os conceitos, como também análises fundamentadas acerca da temática. O primeiro capítulo, apresenta um panorama histórico dos surdos, tendo como base as bibliografias de Costa (2010), Kumada (2016), Moura (2000), Sá (2006), Skliar (2010) e Strobel (2008), que apontam o desenvolvimento deste sujeito em seus aspectos educacionais e sociais, além da opinião de vários outros autores que abordam o tema da surdez. Em seguida, é abordado os estudos de cinema, destacando-se o caráter discursivo da linguagem dos filmes. O cinema, aqui não se apresenta em um papel único de entreter, mas de comunicar problemas sociais, assim como argumenta Souza (2010) e Xavier (2005), que se refere a cinema como um lugar de representatividade histórica e social. Além disso, foi trabalhado conceitos da ACD, explorando as ideias de Fairclough (2001) e Pedrosa (2008).

O segundo capítulo, exhibe a descrição metodológica da pesquisa. Logo depois, encerrando o terceiro e último capítulo desta pesquisa, a análise das figuras coletadas a partir dos critérios já mencionados da ACD.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos do pressuposto de que o contexto social oferece elementos importantes para compreensão da construção social dos eventos discursivos presentes na obra fílmica. Desse modo, apresentamos este capítulo em três seções, na primeira traçaremos um breve histórico da comunidade surda, com ênfase nos discursos que conduzem e que constituem a forma que esses sujeitos sempre foram vistos na sociedade ao longo dos séculos, e que lhe atribuem os estereótipos. Na segunda refletiremos o cinema enquanto espaço de representações sociais, na qual estão presentes complexos modelos ideológicos. Na seção três voltaremos nossa atenção para a Análise Crítica do Discurso (ACD), com destaque nas pesquisas desenvolvidas por Fairclough (2001) e Pedrosa (2008), sendo a base para compreendermos os discursos que representam as identidades culturais presentes no filme *Nada que eu ouça*.

1.1 Breve histórico dos surdos

Ao verificarmos as posições-sujeito que o ser humano surdo ocupou ao longo da história é possível delinear o quanto a trajetória desse grupo é marcada pelas relações de poder, as quais estimulam as práticas de discriminação e exclusão social.

Desde o início, a surdez foi compreendida segundo o discurso médico-patológico, descrevendo a pessoa surda como deficiente. Desse modo, tinha-se o entendimento de que os indivíduos surdos eram incapazes de viver em sociedade devido suas limitações físicas, as quais os afastavam dos ditos normais. Ainda com relação à imposição do Discurso ideológico dominante, concentrou-se o pensamento de que o ser humano que nascia deficiente eram classificados como “imperfeitos” e “defeituosos”. Acerca disso, Kumada (2016, p.10) ressalta que:

Desde a antiguidade as pessoas surdas tiveram diferentes tratamentos na sociedade. Os egípcios conferiam um ar de misticismo aos surdos, pois acreditavam que por sua forma peculiar de se comunicar, eles eram capazes de transmitir mensagens dos deuses ao faraó. Enquanto isso, os gregos por atribuírem um alto valor à perfeição física e à oratória, condenavam os surdos à morte, uma vez que eles não atendiam aos padrões exigidos na época. Sem direito à vida em sociedade, esse também era o destino das crianças surdas nascidas na Roma Antiga.

Segundo Costa (2010), desde a fase A.C, os sujeitos surdos foram posicionados à margem do contexto social, vivendo sem desfrutar das oportunidades, privilégios e vistos sempre como seres insignificantes se relacionados aos outros sujeitos. Essas condições anteriormente apontadas são efetivadas pelo predomínio de opiniões negativas que transitavam ao redor do mundo com apoio em leis que dialogavam a respeito dos surdos. Isto por deduzirem que a fala resultava o pensamento, culminando na crença de que se os indivíduos surdos não falam eram impedidos de raciocinar e aprender algo.

Pode-se inferir ainda que no período A.C., as concepções negativas sobre a surdez enfatizavam a sua condição de inferioridade e exclusão, levando a compreender que à grande parte dos surdos sobrava apenas um pequeno espaço de participação na sociedade vigente. As civilizações romanas e hebraicas, a título de exemplo, desqualificavam as potencialidades de desenvolvimento moral e intelectual oferecendo-lhes direito a vida, mas reprimindo seu alcance à educação. Em sequência, os gregos, como o pensador Aristóteles, que alia a fala à construção do pensamento, portanto, ao relacionar-se aos surdos, cogitava que “não sendo capaz de falar, o surdo também não tinha a possibilidade de ser educado, de construir pensamentos ou de expressar seus sentimentos” (COSTA,2010, p. 20).

As proposições que se originaram dessas observações reforçavam e colaboravam cada vez mais para o declínio e estagnação social, visto que, pensamentos de estudiosos como Aristóteles possuíam um grande poder de influência na sociedade e colaboravam para a significação do surdo como uma pessoa improdutivo, incapaz de contribuir positivamente para o desenvolvimento da sociedade e exercer sua cidadania.

Foi somente após o código Justiniano, criado em Roma no século XI, que os povos surdos foram realocados para posição de seres humanos no conceito social. Entretanto, esses avanços jurídicos ignoravam a liberdade de diferentes indivíduos, o que incluía os sujeitos surdos. Em seu estudo, Kumada (2016) apresenta este código como uma das leis de amparo aos surdos. Todavia, ainda de modo excludente, pois somente os ofícios dos surdos falantes poderiam ser atendidos, impossibilitando o acesso dos surdos não oralizados a esses mesmos direitos.

Ainda na Idade Média, com a influência do catolicismo, os surdos ganham mais apoio e visibilidade, “o indivíduo surdo deixou de ser visto como sub-humano, passou a ser defendido pela igreja como um ser dotado de alma, e seus cuidadores eram tidos como pessoas tolerantes e caridosas” (KUMADA, 2016, p.10). Nota-se, a partir da citação acima, que as crenças que designavam os surdos como primitivos e ineducáveis persistiram até o século XV. É somente

por volta do século XVI, através do alcance da educação, que este sujeito é deslocado da condição não humana e visto na sua totalidade, como ser pensante na sociedade. Como afirma Costa (2010, p.21):

A partir do século XVI, primeiramente através de iniciativas de ensino isoladas e posteriormente institucionalizadas, a educação dos surdos passou a dar-lhes uma posição-sujeito em processo de deslocamento. O sujeito surdo passa a ser olhado como apto à linguagem, capaz de comunicar-se, de pensar, de expressar sentimentos, um ser de moral, não é mais considerado um ser rudimentar, a posição-sujeito surdo é tornada humana.

Nesse período, segundo Costa (2010) surgem os primeiros indícios de materialização dos estudos sobre a surdez, por estudiosos como Cardano (1501-1576), padre Pablo Bonet (1579-1620) e Ponce de León (1520-1584) que perceberam a precisão de se educar os surdos oriundos de famílias nobres, fazendo o uso da língua oral e de sinais. É Nesse contexto que se inicia um período turbulento na educação dos surdos, já que a linguagem que predominava na sociedade era a fala. Os princípios que associavam linguagem, voz, fala e pensamento instituíram na civilização ocidental percepções sobre os surdos que, hoje em dia, não só se espalham no senso comum como reforçam os estereótipos relativos a este grupo.

1.1.1 Abordagens de ensino para surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo

Na trajetória dos surdos é visível a existência de conflitos sociais entre a desigualdade e os benefícios oferecidos pela nobreza. Os interesses que orientaram os primeiros trabalhos voltados para o ensino dos surdos eram excessivamente econômicos, culturais e sociais, portanto alimentavam o preceito religioso de que “a única maneira de expressão legítima do ser humano era a fala” (BIGOGNO, 2010, p.3). Consequentemente, interesses como esse citado antes contraíam gradativamente mais força e reforçavam a proibição do uso dos sinais, revelando o poder de dominação da comunidade ouvinte sob a comunidade dos surdos, tratada a princípio como inferior na sociedade.

Foi durante a conferência internacional de educadores de surdos, em Milão, no ano de 1880, que se consagrou a oralidade como abordagem de ensino mais eficaz para os surdos. Conforme Almeida (2009) o Congresso de Milão foi uma reunião estratégica a favor da língua

oral e desqualificação da língua de sinais, com a participação de diversos países como Canadá, Rússia, Bélgica, Estados Unidos da América (EUA), Grã-Bretanha e Suécia. Logo, quase não teve a participação de representantes surdos nesta reunião que marcou e estabeleceu seu jeito de comunicação por um longo período.

Podemos entender o real significado do método oral por meio das afirmações de Sá (2010, p. 83): “Oralista é a adjetivação dada àquelas abordagens que enfatizam a fala e a amplificação da audição e que rejeitam, de maneira explícita e rígida, qualquer uso da língua de sinais”. Nesse método, contempla-se somente a linguagem oral como meio de comunicação eficiente para acontecer a interação entre os indivíduos.

Moura (2000, p. 52) destaca essa corrente:

[...] sempre com o objetivo de fazer com que o surdo fizesse parte da sociedade ouvinte através de boa fala e de boa leitura orofacial. O pressuposto básico era o de que deveria ser dada a cada criança uma oportunidade para se comunicar através da fala.

Desse modo, é perceptível que as práticas de regeneração da audição favoreciam a imposição de uma maioria sobre uma minoria linguística, pois o modo de comunicação e percepção de mundo dos indivíduos surdos e ouvintes não ocorre do mesmo jeito. A imposição deste método, conforme Kumada (2016) é baseado exclusivamente no discurso da medicalização, que enxergava a oralização como alternativa de tratamento para a surdez. Sua metodologia era usada

Como medida para coibir a comunicação dos surdos, eram obrigados a sentar sobre as mãos, os vidros das portas das salas eram retirados com o objetivo de que não houvesse entre eles nenhum tipo de comunicação gestual, nem mesmo entre os alunos de fora da sala de aula com os que estivessem do lado de dentro (COSTA,2010, p. 24).

Em sua pesquisa, Costa (2010) constata que durante um determinado tempo, uma parte dos estudiosos da Educação visavam de qualquer forma intensificar o aperfeiçoamento da fala nos surdos, e a partir de metodologias de ensino brutais tentavam igualá-los aos ouvintes, com

a premissa de homogeneizar a forma de ensino para surdos e ouvintes. Pois justificavam a importância do aprendizado da fala como um modo de progresso e aceitação social.

Skliar (2010), no entanto, argumenta que o comportamento autoritário do oralismo deixava os surdos magoados, frustrados e sentidos, pois os defensores dessa filosofia discriminavam a língua de sinais e aboliam qualquer ensino que fizesse o uso das mãos.

Assim, fatos como este apresentado pelo autor nos levam a entender que embora tenha sido apontada como um avanço na educação dos surdos, com a integração dos dispositivos de Amplificação Individual sonora, esta abordagem de ensino ainda não conseguiu obter resultados satisfatórios aos modelos de ensino para as pessoas surdas. Moura (2000) nos diz que nesse momento havia a necessidade de um sistema educacional que reconhecesse os surdos e a língua gestual, pois mesmo com a interdição do uso dos gestos e sinais, estes ainda eram bastante utilizados pelos surdos, e mesmo ainda enquanto grupo minoritário os surdos já reivindicavam pelos seus direitos.

Em contrapartida, por consequência do fracasso do oralismo, surgiram as metodologias de ensino da Comunicação Total e do Bilinguismo. A comunicação total, de acordo com Wrigley (1996, p. 15, apud SÁ, 2006, p. 84), “veio significar a mistura da fala e língua dos sinais mais convenientes a cada professor [...]. O uso da língua dos sinais nesses ambientes mostrou-se ser, na melhor das hipóteses, apenas “fala apoiada em sinais” [...]”.

Para Moura (2000) a comunicação total, como pôde-se perceber, ela não orientava a aquisição de uma só língua porque desmerecia o valor da linguagem como prática social, desmerecendo, portanto, a língua nativa dos surdos. Além disso, a ênfase colocada apenas na linguagem oral causava problemas no desenvolvimento pleno do surdo, pois não se valorizavam novas formas de comunicação, dificultando a formação identitária e cultural do surdo.

Ademais, o modelo de educação bilíngue considera os sinais/gestos como pilares importantes para o ensino, pois tem a intenção de recobrar o direito do indivíduo surdo de ser ensinado em sua língua natural, a língua de sinais. Esse modelo “[...] se configurou pela abordagem educacional norteadas por duas línguas, sendo a língua de sinais considerada a primeira língua dos surdos e a língua de majoritária, de preferência na modalidade escrita, a segunda” (KUMADA, 2016, p.25).

Assim, “foi neste ambiente renovador que os surdos encontraram um caminho para que sua voz fosse ouvida, para que se deixasse falar o gesto” (MOURA, 2000, p. 64). Portanto,

Os resultados positivos que se vêm conseguindo, bem como toda a discussão que tem sido levantada quanto ao fracasso das abordagens anteriores. Têm levado a que todas as propostas de educação de surdos desejem a adjetivação “bilíngue”. [...] o fundamental é a criação afetiva de forma que definem políticas para as diferenças e que, através de ações concretas, alterem a realidade dos estudantes surdos, possibilitando a estes a educação significativa que têm direito (SÁ, 2010, p. 83).

No Brasil, enfatiza-se o bilinguismo como melhor proposta de ensino para surdos, desde sua aparição na década de 80 até a atualidade. O método bilinguista, segundo (BRASIL, 2005) ressalta que as instituições federais devem resguardar aos surdos o direito e acesso à educação em sua primeira língua, a Libras, a começar na educação infantil até o nível superior, como apresenta o Art. 14. do decreto 5.626 de 2005, colaborando dessa forma para o reconhecimento da língua de sinais.

Contudo, apesar de o ensino através da língua de sinais ser disponibilizado, a eficácia desse ensino ainda é bastante baixa. A superioridade da língua portuguesa sobre a Libras, acaba por comprometer o processo de aprendizagem da pessoa surda, pois, conforme (COSTA, 2010, p.46):

[...] libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (doravante LP). Por intermédio da lei, a libras ascende, contudo, não a ponto de ser completa. Libras é considerada, desta forma, língua de comunicação e continua a necessitar da LP para sua completude. E quanto ao sujeito surdo, ele é tomado oficialmente bilíngue e de uma nova categoria, já que sua língua de comunicação é libras, e sua língua escrita é LP.

Desse modo, essa prática de ensino para surdos só seria ideal se primeiro o surdo tivesse contato com o sistema de escrita da língua de sinais, o SignWriting, e somente depois aprendesse a língua escrita de seu país, já que

as escritas das línguas orais não conseguem registrar com precisão a língua de sinais (LS), pois seus fonemas são visuais não sonoros. Quando o surdo lê uma palavra escrita em Português, isto não lhe ajuda a lembrar como é feito o sinal. Porém a escrita de sinais consegue fazer o registro das libras com precisão (BARRETO, 2015, p.40).

Verifica-se aqui que o ensino para surdos através de fala e escrita na língua portuguesa não coopera para absorção e aprendizagem dos sinais. Por isso, é preciso assimilar conforme (SUTTON, 2015, p. 33) que a “alfabetização em todas as línguas, orais ou sinalizadas, abre as portas da comunicação e do conhecimento para todos. Todas as línguas são aproximadas quando podem ser escritas, traduzidas e publicadas, e as línguas de sinais não são exceção”. Isso significa dizer, segundo Barreto (2015), que a educação bilíngue ganhará bons resultados, somente se houver a aplicação do ensino de Libras tanto sinalizada quanto escrita quando associados escrita do Português Brasileiro. Logo, é preciso constatamos a importância do sistema de escrita da língua gestual em decorrência do valor social da escrita.

1.1.2 Educação dos surdos no Brasil

Após essa exposição geral do contexto educacional do surdo, observamos que no Brasil a trajetória histórica dessas pessoas tem início, conforme Moura (2000), quando o educador francês surdo, Edward Huet, reuni esforços para fundar o denominado Imperial Instituto de Surdos Mudos no Brasil, em 1857, na cidade do Rio de Janeiro. Esse instituto recebeu duas alterações de nome, em 1956 passou a ser Instituto Nacional de Surdos Mudos e de Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES em 1957, permanecendo até os dias de hoje, graças ao apoio de Dom Pedro II, ainda no Segundo Império, que contribuiu decisivamente para a implantação do instituto com Huet.

O trabalho desenvolvido por Huet, no Brasil, impulsionou o ensino da língua de sinais com a introdução da “língua articulada” e “leitura sobre os lábios” em seu curriculum no ano de 1856. No entanto, segundo Ribeiro (1942 apud MOURA, 2000, p. 82) “o início do trabalho não foi fácil, pois não era conhecido aqui o trabalho com a educação de surdos, e as famílias tinham ‘natural repugnância’ em entregar seus filhos a um estrangeiro desconhecido”.

A divisão cronológica dos acontecimentos desse instituto revelam várias fases na qual se discute a relevância da linguagem articulada em seu método. Conforme Moura (2000), em 1862, sob o comando do Dr. Manoel de Magalhães, extingue-se qualquer possibilidade do treino da fala. Em seguida, em 1873, foi restabelecida a ideia da linguagem articulada e leitura sobre os lábios, a partir da nomeação do Dr. Tobias Leite, que desenvolve esse ensino por sete anos, sendo que, após esse período, foi enfatizado pelo Dr. Leite a ineficiência desse estudo.

Em decorrência disso, após nova mudança de diretor, agora dirigido pelo Dr. Joaquim José de Menezes Vieira, iniciou-se o ajuste do ensino da linguagem articulada para crianças que necessitasse, visando assim a valorização da instrução da linguagem escrita. Somente a partir da nomeação de Dr. João Paulo de Carvalho, em 1897, restaurou-se a oportunidades de ensino da linguagem articulada.

Como aponta Costa (2010) inicialmente o instituto Imperial de Surdos Mudos, que hoje se chama INES, defendia o trabalho do oralismo com metodologias de ensino que valorizassem a língua portuguesa e se preocupassem com a divisão dos alunos entre surdo que se comunicavam por meio da leitura labial e os que oralizavam trajetos que mostram gradualmente a exclusão do surdo através da distinção. Hoje, no Brasil, o INES confere total apoio a proposta de educação bilíngue para surdos.

Nesse histórico, abordamos essa parte da história do surdo porque entendemos que a imagem do sujeito surdo se fez e foi forjada através de seu histórico social e educacional, a qual foi criado estereótipos a respeito desse sujeito. Diante disso, falaremos agora a respeito da importância da língua como a forma desse sujeito se colocar identitariamente frente a sociedade ouvinte.

1.1.3 A língua de sinais caracterizando o surdo como sujeito

A princípio os avanços só chegaram com a publicação da constituição Federativa do ano de 1998, na qual legitimar a educação como direito de todos os cidadãos é dever do estado, contemplando também os grupos minoritários como dos surdos, os quais são retratados nesta monografia. Com a elaboração de políticas públicas que lhe asseguravam direitos foi possível promover o deslocamento da posição social ocupada pelos surdos na sociedade.

Desse modo, no Brasil, é notório o interesse em reconhecer os surdos perante a sociedade com a Lei n. 10.098 de 19 de dezembro do ano de 2000, cujos documentos oficiais estabelecem critérios que aspiram novas posturas da sociedade, configurando assim um avanço para comunidades surdas, pois a lei cobra a legalização do uso da linguagem de sinais contribuindo para inserção social desses indivíduos ao serem referidos no inciso IX.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

IX- comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (BRASIL, 2000, p.1)

Segundo Costa (2010), o reconhecimento da existência da linguagem de sinais mediante a tentativa de normatizar Libras com o auxílio de um intérprete se configura como um grande passo para seu reconhecimento como língua na sociedade. Uma vez que, “trazer a linguagem de sinais para o centro do discurso ressignifica as posições-sujeito de surdo e ouvintes em relação a surdez” (COSTA, 2010, p.43)

Em 24 de abril de 2002 foi aprovada a lei n.º 10.436 que decreta e reconhece a LIBRAS como língua oficial dos surdos. Observemos os dois primeiros artigos declarado por BRASIL (2002):

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais- Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais- Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais- Libras como meio de comunicação objetiva e utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Desse modo, de acordo com Orlandi (apud COSTA, 2010, p. 44) “na construção do imaginário social, a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição histórica do sujeito sócio-político”. A oficialização da língua de sinais é um fator importantíssimo para constituição do indivíduo surdo, pois por meio dela conquista-se os primeiros indícios de autoridade e espaço efetivo de fala. Dessa forma, “tendo língua própria,

ele agora é reconhecidamente marcado por uma distinta brasilidade, e recebe a condição de pertencimento, de patriotização” (COSTA, 2010, p.46).

Historicamente, até meados da década de oitenta, é possível entender, a imagem construída a respeito do surdo, sempre atrelada ao um enquadramento social que visava sua correção e reparação para que se tornassem iguais aos ouvintes. Como afirmar (SKLIAR, 2010, p.12) “Os surdos são definidos somente a partir de supostos traços negativos, percebidos como exemplos de um desvio de normalidade, no pior dos casos, ou de uma certa diversidade, no melhor dos casos”. Fatos como este, enfatizam a influência de ideologias dominantes sobre as imagens e a criação de um estereótipo de inferioridade, que infelizmente conduzem o bloqueio da construção da identidade surda até hoje (Idem, 2010). Contudo, essas visões estigmatizadas construídas e impulsionadas pelo outro, designadamente os ouvintes, criaram nesses indivíduos a necessidade de luta pela igualdade e maior visibilidade social. Diante disso, iremos identificar como a identidade cultural desse sujeito se fez através de um discurso.

1.1.4 A identidade e cultura como sinal de luta contra o discurso ouvintista

A partir da década de oitenta houve movimentos políticos dentro da antropologia e no âmbito da educação que se uniram a associações de surdos para apresentarem um contra discurso para amparar o surdo e sua língua em sociedade. Esse discurso significa luta desses sujeitos face aos grupos dominantes, para fomentar a transformação de representações engessadas, dentre elas o reconhecimento da presença da identidade e cultura surda. Essa mudança conceitual no campo da surdez como deficiência, que visava a correção da fala em meio a oralização, se mostrou como importante passo político na busca do direito de ser surdo, significando esse sujeito sob a perspectiva da diferença.

Skliar (2010), em sua pesquisa sobre identidades, descreve a identidade a partir de características individuais das pessoas como, por exemplo, sua religião, sua profissão, gênero e crenças que determinam a qual grupo a pessoa participa na sociedade, indicando também assim a identidade social do sujeito. Entretanto, cabe recordar que esse discurso mencionado acima só veio a se forma através da antropologia, quando as pessoas que pesquisavam na área da surdez passaram a entender que os surdos estavam se auto mostrando identitariamente de uma forma diferenciada do ouvinte dentro da sociedade.

A identidade, tal qual pontua Hall (1997 apud Skliar 2010, p. 52) apoiado nos estudos culturais “é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições”. Ou seja, mediante a expressão do autor é possível entender que não existem identidades fixas e permanentes, são sempre mutáveis e múltiplas, pois, a identidade é construída através da vivência coletiva, e nesse ponto é preciso reconhecer que as características e experiências do indivíduo surdo difere da experiência do indivíduo ouvinte, causando oposições que mesmo de lado opostos encontram vínculos para existência de suas próprias individualidades.

A identidade surda na perspectiva do biculturalismo³ e do bilinguismo, segundo Skliar (2010) evidencia o real papel da educação especial, na criação de estereótipos acerca dos surdos. De acordo com ele, a educação especial mantém o estigma social do surdo como deficiente, à medida que posiciona a língua dos ouvintes como principal núcleo de práticas educacionais e sinaliza as peculiaridades culturais do surdo como um incômodo. Esse posicionamento faz com que haja um impedimento para aceitação das diferenças de identidades e cultura apontadas como um desvio do padrão. Por isso é visível a estratégia de “[...] universalizar o surdo, inclusive usando-se como artifício a integração onde se admite a diversidade, não, porém, a diferença” (SKLIAR, 2010, p. 56).

Skliar (2010) explana que para entendemos e enxergamos as identidades surdas é necessário nos distanciarmos do conceito da surdez como corpo danificado para então chegarmos a representação da diversidade cultural que indica a identidade do sujeito surdo. Ainda segundo o autor, essa identidade é subordinada a ouvinte, tendo em vista que “a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade como o outro igual” (Idem, 2010, p.54).

Diante disso, podemos compreender porque é essencial o encontro e a união de surdo com surdo, pois somente desta forma é possível firma-se na sociedade, conquistando força e poder contra as práticas ouvintistas que durante muito tempo tenta negar ao surdo um lugar social, colocando sua identidade em segundo plano. Assim, para avigoramos os atos de dominação e poder, Skliar (2010, p.53) nos diz que “o caso dos surdos dentro da cultura ouvinte é um caso onde a identidade é reprimida, se rebela e se afirmar em questão da original”. Desse modo, impõe-se a identidade ouvinte superiormente às surdas, pois há sempre o desejo de

³ “Situação em que coexistem comportamentos e hábitos culturais de duas nações, povos ou grupos étnicos distintos” (BICULTURALISMO, 2023).

controle e eliminação do seu dessemelhante com o intuito de se consolidar como força predominante.

Skliar (2010) nos esclarece que ainda é comum à maioria das pessoas olhar para as comunidades surdas como minorias linguísticas por avaliarem que sua língua oficial, a Libras, é usada por um pequeno grupo de pessoas. Ou seja, ainda que o sujeito surdo se identifique e pertença a um grupo, ele será colocado em situação de vulnerabilidade social de tal forma que a sua participação na dinâmica da sociedade majoritária, é tida como mínima. Assim, preserva-se a posição-sujeito inferior.

Da mesma maneira, percebe-se que na sociedade ouvinte pensasse que a Libras, surgiu da língua Portuguesa, ou seja é uma representação dela. Porém, estudiosos da área da linguística concederam a libras a posição de língua por considerarem que esta possui princípios e características muito semelhantes as línguas orais. Nesse sentido, Oliveira, Moritz e Cezáreo (2018) acentua que:

O diferencial que mais se destaca entre a língua de sinais e as demais línguas é sua modalidade **visual-espacial**, pois o canal da LIBRAS, ou seja, a maneira como ela se estrutura é totalmente visual, enquanto as demais são orais-auditivas (OLIVEIRA, MORITZ, CEZÁREO, 2018 p.2).

Portanto, concordarmos com a FENEIS (apud NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE UEMA, 2019) quanto a posição da Libras “como a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com esta comunidade.”. O status de língua viabiliza a desconstrução da ideia da língua de sinais como uma tradução da língua materna ouvinte.

Por isso, Karin Strobel (2008, p. 44) destaca que:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2008, p.44).

Consoante a citação acima, percebe-se que o acesso do surdo à língua de sinais lhe dar possibilidades de participação e expressão na sociedade. Para evidenciarmos o valor do artefato cultural linguístico no processo de formação identitária do povo surdo, Costa (2007, p.1 apud OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2012, p. 64) explana que:

A melhor forma de desenvolvermos a linguagem é interagindo com os outros, pois a comunicação é a finalidade primeira da língua. Na interlocução enriquecemos o nosso léxico, aprimoramos a nossa capacidade de compreensão ao procurarmos entender o outro, e somos obrigados a organizar constantemente nosso pensamento a fim de sermos compreendidos (COSTA, 2007, p.1 apud OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2012, p. 64).

Falcão (2010) explica que o apoio familiar na fase inicial da vida do surdo é um fator importantíssimo para que ele desenvolva sua língua e construa sua “própria identidade familiar”. Porém, de acordo com o autor, nem sempre esse apoio linguístico é oferecido pela família, pois muitas vezes a criança é filha de pais ouvintes, sendo condicionada a convivência “estrangeira”. Por isso, faz-se necessário entender que “os laços familiares e sociais não podem continuar gerando vivências híbridas e pobres de referencial humano sem diálogo e sem identidade (Idem, p.368).

Efetivamente as pessoas surdas não são respeitadas em suas diferenças, pois na sociedade contemporânea elas ainda são submetidas a uma contínua alienação social. Motivos que levam o sujeito surdo a lutar pelo reconhecimento de suas diferenças culturais e identitárias.

Diante disso, vale lembrar e destacar que existe um discurso que “sublinha a ideia de um purismo identitário e cultural” (GESSER, 2009, p. 52) o qual, sustentam discussões que envolvem a surdez nos ambientes sociais. Referindo-se a esta abordagem, Gesser respaldado pelas reflexões de Karin Strobel apresenta o purismo étnico da surdez como um ponto negativo e passível de desconstrução, pois enquanto fortalece as identidades conduzem e estimulam os preconceitos tanto com os próprios surdos como com os ouvintes. Entretanto, entendemos que este purismo é uma forma dos surdos se incorporar socialmente, aplicando o contradiscurso para se auto promover

Para ratificar a existência da cultura surda, Strobel (2008), no segundo capítulo do seu livro *As imagens do outro sobre a cultura surda*, chamado *Os surdos têm cultura*, apresenta a definição de cultura como

o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modifica-lo a fim de se torna-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e da alma das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. (Idem, 2008, p.24).

A cultura surda, portanto, garante a interação e integração social do surdo na sociedade. Por meio da modalidade visual-gestual, estes sujeitos exprimem valores e crenças que os libertam de preceitos históricos, como a classificação de sujeito “anormal”. Ou seja, a busca por uma cultura própria eleva tanto a autoestima pessoal do surdo quanto o seu valor social. Logo, é evidente que “[...] o pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e cultura surda ajudam a definir as suas identidades surdas” (STROBEL, 2008, p. 24).

Diante disto, o que se observou socialmente foi que esses sujeitos foram oprimidos e por conta disso eles desenvolveram uma identidade e cultura chamada de identidade e cultura surda, algo próprio deles que é diferente da sociedade que eles estão inseridos. Ou seja, eles tentaram fazer uma posição-sujeito diferente dentro da sociedade, porém não inferior aos outros indivíduos por conta disso. Assim, firmando um discurso cultural identitário, que se nomeia de contra discurso do surdo.

1.2 O cinema como representação social

Após essa visão geral do sujeito surdo percebemos que o cinema, assim como diversas ferramentas tecnológicas, ganharam cada vez mais a atenção do público e provocaram um progressivo entusiasmo pela representação da realidade social (PESAVENTO, 1995). Com efeito, o cinema torna-se uma arte que representa as realidades políticas e sociais de diversas culturas. Por isso, as representações desses indivíduos nos filmes apresentam pontos de vista da história, pois, enquanto lugar de representação, o cinema elabora discursos através dos quais os indivíduos se reconhecem.

Rosenfeld (2002) salienta que o cinema é adepto do capitalismo, suas ideias defendem o sistema em prol de capital financeiro. Nesse contexto, o filme possui uma linguagem própria, sua produção discursiva assume dimensões sociais.

Heitor Capuzzo (1986) um dos principais teórico da área do cinema, enxergar o cinema como um dos progressos da modernidade, tal como o avião e o telefone. Na sua opinião, o

“cinema foi porta-voz de um período onde a burguesia apresentou seu poder de ação. Sua dinâmica ocorreu juntamente com o advento de outras invenções” (CAPUZZO, 1986, p. 13).

Diferente dos costumes da década de 40 e 50, apontadas segundo Turner (1997) como a época em que as pessoas tinham um grande hábito de frequentar constantemente os cinemas, devido à existência de várias salas de cinemas nos arredores de suas casas, na atualidade não se frequenta, mas se vê televisão. A era da multiplicação de equipamentos cada vez mais tecnológicos, que fez surgir os eletrônicos, ocasionou numa mudança de comportamentos das populações nas últimas décadas, transformando o ato de ir ao cinema em um acontecimento, um programa de passeio ou uma fuga da rotina do cotidiano.

Sendo assim, podemos dizer que a presença desse cenário tecnológico, em que houve a multiplicação da quantidade e diversidade de filmes disponíveis em locadora de vídeo, em canais de TV abertos ou em canais de televisão a cabo e também em salas de cinema, acabou por facilitar o alcance de grande parte da sociedade ao acesso dos filmes em grande demanda, devido a esses aparatos tecnológicos.

A chegada da modernidade impulsionou o processo de miscigenação entre ramos artísticos, com isso, o mercado cinematográfico passa a disponibilizar tramas que retratam discussões profundas, onde diferentes histórias são narradas nos filmes, diferentes sujeitos e culturas são por eles contemplados. Contudo, é possível inferir o potencial representativo do cinema, que deixa de representar apenas uma reprodução gerada por uma máquina de filmagem e se aproxima da realidade. Assim, a impressão de verdade, vista através de sequências de imagens, identifica os sujeitos, levando-os a experienciar a trama junto com os personagens. De acordo com Bernadet (1985, p. 5):

[...] essa ilusão de verdade, que se chama impressão de realidade, foi provavelmente a base do grande sucesso do cinema. O cinema dá a impressão de que é a própria vida que vemos na tela, brigas verdadeiras, amores verdadeiros.

Como supracitado, a cinematografia é vista como uma das artes mais belas e envolventes, por trabalhar com a projeção de imagens em movimento, cores e sons, além da presença dos atores e uso de equipamentos tecnológicos, transportando ao cinema, uma experiência visual entre o real e o universo imaginário. Se o filme trabalhar com esses recursos, pode provocar diversos sentimentos no telespectador, ora de emoção, riso, e reflexões que nos

levam para além da tela, visto que suas histórias buscam dialogar frequentemente com temáticas da sociedade.

Por isso, Yuri Lotman (1978, p.181) declara que:

Compreender a linguagem de um filme, é dar um primeiro passo para a compreensão da função artística e ideológica do cinema: a arte do século xx que mais influência tem nas massas.

Nesta perspectiva, podemos inferir também que a linguagem cinematográfica, por ser considerada uma “arte de informação” caracteriza-se assim por natureza discurso, tendo em vista a sua capacidade de comunicação via discursos que representam a realidade social.

Sobre isso, Costa (1989) nos esclarece que o cinema é produto do envolvimento de diversas pessoas, que contribuem na idealização, roteiro, seleção de atores, produção do filme e edição, na qual possuem diversas posições ideológicas. “Basta prestar um pouco de atenção à ficha técnica colocada no início ou no fim de um filme qualquer para se dar conta de quantas e quais são as competências técnicas que entram em jogo numa realização cinematográfica” (COSTA, 1989, p.153).

Para Ismail Xavier (2005), o cinema, como pode-se perceber não pode ser pensado apenas no campo ficcional, mas também como discurso composto de sons e imagens em que tem a contribuição de várias individualidades, correspondendo assim “sempre um fato de linguagem, um discurso produzido e controlado, de diferentes formas, por uma fonte produtora” (XAVIER, 2005, p.14).

Xavier (2005) também argumenta que é preciso observamos os caminhos oferecidos pelo processo cinematográfico. A película fílmica reúne um conjunto com diversas imagens separadas, cuja projeção no primeiro tempo pode ser descontínua, sem que tenha qualquer ligação entre duas fotos consecutivas. O elo entre elas será determinado pelas ferramentas técnicas de produção de imagens fílmicas: a de filmagem, que denomina como as imagens serão registradas, e a montagem, que consiste na forma que as imagens capturadas serão organizadas em sequências. Por isso, afirma que:

Cada imagem em particular foi impressa na película, como consequência de um processo físico “objetivo”, mas a justaposição de duas imagens é fruto de uma

intervenção inegavelmente humana e, em princípio, não indica nada senão o ato de manipulação. Para os mais radicais na admissão de uma pretensa objetividade do registro cinematográfico, tendentes a minimizar o papel do sujeito no registro, a montagem será o lugar por excelência da perda de inocência (Idem, 2005, p.24).

Ao dizer do autor, percebemos que a crítica feita por ele, atrela a prática cinematográfica ao campo do discurso ao ponto que visualiza as formas de materialização do discurso possibilitadas pelo roteiro e pelas personagens. O ato de manipulação conferido ao cineasta lhe permite transmitir a sua visão sobre a cena, ou seja, dizeres e processos discursivos que a partir de suas formações ideológicas resgatam sentidos fixados na sociedade. Porquanto, podemos dizer que de certa forma a “[...] construção dos personagens e de suas múltiplas tramas são representações de mundo do cineasta que demonstram seus valores, comportamentos e sentimentos” (AVELINO; FLÓRIO, 2013, p. 7).

Portanto, é importante investigar o cinema a partir das teorias do discurso. A forma como o discurso cinematográfico é organizado e transferido as imagens que chegam ao telespectador contribui e interfere no processo de reflexão histórica.

Como afirma Souza (2010, p. 27):

As produções com temáticas fixadas em torno de temas históricos resultam de determinadas leituras, olhares sobre o passado, que trazem esse passado e o torna presente, a partir de escolhas presentes sobre o passado que se quer representar.

Segundo a proposição de Souza, os filmes se configuram como um espaço de interpretação de acontecimentos do passado, que no presente pode ser repassado da mesma forma que antes ou pode ser ressignificado pelo criador da obra fílmica. Esse resgate de memórias e dizeres que têm sentidos enraizados no mundo social, permitem que o cinema imponha significados e apresenta práticas sociais.

Desse modo, é visível que para elaboração de um roteiro fílmico de cinema baseado no tema da surdez, os autores recorrem a representações sócio históricas da surdez e da comunidade surda, relativos a diversos campos de estudos, como, por exemplo, a medicina, sócio antropologia e filosofia, a fim de formar suas próprias opiniões sobre as questões que envolvem os indivíduos surdos. Ou seja, é através do contato com discursos históricos, que eles constroem argumentos mais profundos e ricos para embasar enredos e ambientações acerca

desses sujeitos. Desse modo, não há como negar que os discursos trazidos pelos cineastas tem grande relevância para a consolidação do sentido de cultura e identidade surda na sociedade.

Como um grande artefato cultural na contemporaneidade, o cinema, segundo o sociólogo Benjamin (1984) acabou por ser apropriado pela indústria da arte, na qual através dos mecanismos de reprodutibilidade técnica tem a capacidade de reproduzir um único filme em diversas cópias. Assim, a partir da reprodutibilidade técnica foi possível a aproximação das grandes massas com as obras, facilitando o processo de alienação sociocultural, através das representações sociais impostas no discurso fílmico. Outrossim, Pires e Silva (2014) afirma que:

O gênero cinematográfico instrumentaliza a reprodução dos comportamentos culturais dentro de um conjunto de valores socioculturais e linguísticos, atuando como um artefato cultural de ordem simbólica que contribui para a consolidação do imaginário contemporâneo (PIRES; SILVA, 2014, p.609).

Deste modo, o cinema, por meio da disseminação de seus filmes no mercado, age sobre o corpo social mediante representação de identidades marcadas que remetem direta ou indiretamente posicionamentos da sociedade. A capacidade de moldar ideologicamente o pensamento dos telespectadores torna o filme um meio poderoso de influenciar as pessoas.

Em razão disso, Barros (2007, p.52) afirma que:

O Cinema com sua produção fílmica pode ser examinado como instrumento de dominação e de imposição hegemônica, ele também pode ser examinado como meio de resistência. Daí que as fontes associadas ao Cinema podem ser analisadas tanto como documentação importante para compreensão dos mecanismos e processos de dominação, como também podem ser encaradas como documentação significativa que traz e revela dentro de si as múltiplas formas de resistências, as diversificadas vozes sociais (inclusive as que não encontram representação junto ao poder instituído), e de resto os variados padrões de representação associados a uma sociedade (BARROS, 2007, p.52).

Desta forma, um filme ao assumir a característica de representatividade de discursos pode ser um dispositivo criado tanto a favor da indústria cultural, com significações visivelmente políticas e manipulatórias quanto para contestar alguma prática social emergindo novas ideologias. Ou seja, as obras fílmicas que apresentam em suas histórias a realidade surda, podem apresentar dizeres e processos discursivos que influenciam positiva ou negativamente o

direito de cultura e identidade a esses sujeitos na sociedade, ao passo que o cinema também encorpa uma crítica social. Contudo, para entendermos melhor o funcionamento desses discursos precisamos aproximar os estudos cinematográficos das reflexões teóricas da Análise Crítica do Discurso.

1.3 A Análise Crítica do Discurso

Conforme mencionado na parte inicial desta pesquisa, o trabalho apoia-se nas convicções da Análise crítica do Discurso (ACD), que tem Norman Fairclough (2001) como um dos principais representantes da área da ACD, com estudos voltados a ótica social do discurso. Esta abordagem surge a partir de 1990, como reação as tradicionais bases teóricas da AD, que limitavam o estudo da linguagem a apenas as dimensões textuais.

As pesquisas em ACD partiram de abordagens críticas do discurso elaboradas em 1970, quando já se fixava estudos acerca das mudanças sociais. Dar-se importância ao movimento que ocorreu na Grã-Bretanha, na ocasião em que “um grupo de linguistas desenvolveu uma ‘linguística crítica’, ao articular as teorias e os métodos de análise textual da ‘linguística sistêmica’, de Halliday, com teorias sobre ideologias (PEDROSA, 2008, p. 116).

Pedrosa (2008) frisa que o lançamento da revista “*Discourse and Society*” de Teun van Dijk, no ano de 1990 foi um marco importantíssimo para essa corrente linguística, embora tenham tido outros livros com enfoque neste estudo, como a literatura de Fairclough “*Language and power*” de 1989 e “*Language, power and ideology*” de Ruth Wodak no ano de 1989. A autora expõe que foi em uma conferência em Amsterdã no ano de 1991, através das contribuições de vários estudiosos, como Fairclough, Gunter Kress, Ruth Wodak, Van Leeuwen e Teun Van Dijk que se levantou diferentes visões para as pesquisas em linguagem na ACD.

Essa vertente compromete-se a analisar o discurso por um método interdisciplinar, pois agregar diferentes áreas do conhecimento para aprofundar o estudo do papel da linguagem nas articulações das práticas sociais. Desse modo, é tida “[...] como uma disciplina que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem” (WODAK, 2003, apud PEDROSA, 2008, p. 117).

A ACD, conforme Fairclough (2001) não se preocupa somente com os elementos linguísticos do texto, mas também com as propriedades sociais e culturais dos eventos discursivos. O objetivo da ACD consiste em “considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90), permitindo investigar a constituição de crenças, identidades, as alterações sociais e as assimetrias de poder presentes na sociedade.

Segundo (FAIRCLOUGH, 2003, p.185 apud PEDROSA, 2008, p.118):

A ACD é uma forma de ciência crítica que foi concebida como ciência social destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas podem se valer a fim de abordar e superar esses problemas.

Nesse contexto, o discurso é um termo de relevância excepcional para a abordagem da ACD. Fairclough (2001, p.91), ao tratar sobre discurso, diz que é “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre o outro, como também um modo de representação”. Desta maneira, o discurso como forma de ação, é o uso da língua no convívio social, se refere as possibilidades que o homem tem de compartilhar experiências de vivências e também de influenciar e dominar o outro com o seu discurso.

Apontando, assim, a dialética existente em torno do discurso e da estrutura social. Segundo ele:

O discurso contribui para a construção de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação no mundo, mas de significação do mundo. Constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Fairclough (2001) ressalta ainda o discurso enquanto prática política e ideológica:

Como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as identidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem as relações de poder. O discurso como prática ideológica, constitui, naturaliza mantém e

transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p.94).

O autor dar ênfase aos três aspectos construtivos do discurso fundamentado na linguística funcional de Halliday (1978), que aborda três funções para a linguagem: a função ideacional, interpessoal e textual. Em seus estudos a função interpessoal é dividida em identitária e relacional. No primeiro aspecto apresentado pelo autor, o discurso colabora na formação das identidades sociais, relaciona-se a função identitária, como as identidades sociais são estabelecidas pelo sujeito no discurso, as posições que o sujeito assumi no discurso, os tipos de “eu”. No segundo, o discurso constitui conexões sociais entre indivíduos, refere-se a função relacional, os tipos de relações sociais representadas e negociadas no discurso. E no terceiro aspecto, evidencia que o discurso colabora na construção de sistemas de conhecimentos e crenças, no contexto da função ideacional, corresponde “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações” (FAIRCLOUGH, 2001, p.92).

A partir do esclarecimento teórico do discurso como socialmente constitutivo, percebe-se que a ACD preocupa-se com o papel do discurso na formação das realidades sociais. Conforme Resende e Ramalho (2004, p.186) “através do discurso se constituem estruturas sociais- e constituído socialmente- os discursos variam segundo os domínios sociais em que são gerados, de acordo com as ordens de discurso a que se filiam”. Deste modo, através de estudos críticos que sugerem mudança social, tenta alerta as pessoas da existência de versões de discursos privilegiadas que legitimam o poder sobre os grupos minoritários, a quem quase sempre não tem poder de representatividade nas esferas de poderes na sociedade. Contudo, põe em evidência o modo de como os grupos dominantes agem na sociedade e direcionam seu discurso para espalhar crenças em busca de interesses particulares.

Nesse sentido, dar-se igualmente importância a dimensão social, política e ideológica num evento discursivo, do mesmo modo que o aspecto textual. Além de considera-lo também como prática discursiva.

1.3.1 A Concepção Tridimensional do Discurso

Fairclough (2001), no terceiro capítulo da sua obra *Discurso e mudança social* intitulado “*Teoria social do discurso*”, preconiza o estudo do discurso por meio de uma avaliação tridimensional, que contempla três teorias analíticas: a análise multidimensional de aspectos

textuais, a análise multifuncional da prática discursiva, e a análise histórica da prática social. Nessa concepção, a análise é, portanto, fragmentada em três categorias de análise.

A categoria da análise textual abrange as características descritivas do texto, como a estrutura textual, coesão, a gramática e o vocabulário. A estrutura textual considera aspectos estruturais do texto para identificar as percepções imbricadas nas relações sociais, como a polidez e o ethos. O primeiro aspecto é, conforme explica Fairclough (2001, p.204, apud PEDROSA,2008, p.137) “[...] um modo de obter percepções das relações sociais dentro das práticas e dos domínios institucionais, aos quais esse discurso está associado” e o segundo “[...] tem a ver com a construção do “eu” e sua identidade social no enunciado” (PEDROSA,2008, p.137). A coesão também faz parte dessa categoria de análise e “pode-se considerar como as orações são ligadas em frases e como essas são ligadas para formar unidades maiores nos textos” (PEDROSA, 2008, p.135). A Gramática versa a combinação e seleção das palavras em frases e orações e o vocabulário concerne a maneira que as metáforas e a lexicalização dos significados são impostos no texto na luta pela hegemonia.

Na categoria de análise discursiva tem-se o propósito de trabalhar o texto considerando seus “processos de produção, distribuição e consumo” (FAIRCLOUGH, 2001, p.106). Examina-se a presença da: intertextualidade, que diz respeito ao diálogo estabelecido entre um texto e outro(s); força dos enunciados que abarca a classificação dos atos de fala em um determinado contexto de situação social; coerência que é um fator importantíssimo para que um discurso tenha sentido. Contudo, “trata-se, portanto, de uma análise chamada de “interpretativa”, pois é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual” (PEDROSA,2008, p.138).

A categoria de análise social aborda “o discurso, como prática social, tem por objetivo, especialmente, trabalhar ideologia e hegemonia” (PEDROSA, 2008, p.149), porque “[...] verifica as questões de interesse na análise social, ou seja, analisa as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas moldam a natureza da prática discursiva” (PEDROSA, 2008, p.148)

Segundo Fairclough (2001), ideologias são produções das interações entre grupos sociais que cooperam para estabelecer, preservar e modificar relações de poder em sociedade. Além disso, o autor concebe a ideologia como “uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos” (FAIRCLOUGH, 2001, p.119).

O termo da hegemonia se explica através das ponderações de Gramsci (1971:324 apud FAIRCLOUGH, 2001, p.123), que afirma que o sujeito é constituído por muitas ideologias, podendo usar da ideologia (poder) para dominar outros. Conforme Fairclough, hegemonia é

[...] o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em alianças com outras sociais, mas nunca atingido senão parcialmente e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p.122).

Fairclough (2001) expõe que a ACD busca, portanto, analisar o abuso de poder dos grupos dominantes sobre os grupos dos dominados, que se dá através do texto (discurso). Para alcançar esse objetivo, propõe-se que os elementos de análise sejam interpretados de maneira inter-relacionadas através das categorias citadas acima. Dessa forma, no próximo capítulo desenvolveremos a análise do filme interpretando tanto os aspectos textuais quanto os assuntos, uma vez, que eles significam os discursos dos personagens no filme.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme mencionado anteriormente, esse trabalho adere à pesquisa documental e toma como pressupostos teóricos e metodológicos a Análise Crítica do Discurso, prioritariamente conceitos de prática textual, prática discursiva e prática social que serão aplicados para mostrar as concepções estabelecidas historicamente acerca dos sujeitos surdos e compreender o funcionamento discursivo exibido no filme *Nada Que Eu Ouça*.

Os estudos da ACD destacam o discurso como representação da vida social e dá condições de entender para qual finalidade o sujeito usa a língua em suas práticas discursivas e sociais, visto que “ao utilizar uma língua, estaríamos, na verdade, a praticar ideologias, pois, funcionando como sujeitos sociais, seríamos capazes de perpetuar as ideologias dominantes ou modificá-las” (PEDROSA, 2008, p.162).

Como os filmes apresentam uma diversidade de discursos sociais e disseminam crenças, sistemas de valores, ideologias e opiniões, verificaremos de que forma o uso da língua pelos personagens constroem a identidade social do surdo.

Partindo de um estudo descritivo e interpretativo de abordagem qualitativa, esta pesquisa tem como foco analisar as significações sociais do corpus colhido Conforme Guerra, na pesquisa qualitativa o pesquisador busca:

[...] aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estudamos - ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social-, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (GUERRA, 2014, p.11).

Em relação ao aporte teórico, a pesquisa está conceitualmente organizada, apresentando o contexto histórico no qual surgiu o discurso surdo de cultura e identidade, também reflexões de cinema como prática social e finalmente, as categorias de análise textual, discursiva e social respaldadas sobre o modelo tridimensional do discurso apresentadas nos livros *Discurso e mudança social*, de Fairclough (2001) e *Análise Crítica do Discurso do linguístico ao social no gênero mediático*, da pesquisadora Pedrosa (2008).

O filme sobre o qual o nosso trabalho é composto possui imagens e sons, sendo que tem duração de 1 hora, 30 minutos e 11 segundos. Logo, é uma produção audiovisual que possui infinitas cenas e temáticas, no entanto, somente as imagens que se referiam ao objetivo de pesquisa foram incluídas na edição final do filme.

A construção do corpus de análise desta pesquisa resultou da ação de captura de tela de cinquenta e oito imagens de um aparelho celular realizada sobre o vídeo do filme predefinido, encontrado na plataforma online do *youtube*, em um recorte fílmico percebendo os discursos que tratam sobre a cultura e identidade surda. Neste processo, foi necessário efetuar um trabalho de edição das cenas coletadas, através do método de fotomontagem, para que um conjunto de imagens ganhasse novamente o formato de figura. Logo, o trabalho de edição das cenas selecionadas resultou em um total de dezesseis, breve o suficiente para abordar o tema da constituição identitária do surdo e para produzir interpretações posteriormente no próximo capítulo.

As capturas de telas escolhidas para serem usadas nesta pesquisa foram todas organizadas seguindo exatamente os atos de falas dos personagens no filme e distribuídas em categorias de conteúdo.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

A análise do material coletado se efetivou através dos conceitos presentes nos clássicos da literatura surda e da ACD, dando condições de entender os recortes dos discursos fílmicos como projeções de falas dos sujeitos surdos e ouvintes, mostrando suas intencionalidades, além de demonstrar como se relacionam com a ideologia, a que práticas discursivas os personagens se alicerçam ou se afastam para construção ou negação do conceito de cultura e identidade surda acentuadas no filme “*Nada que eu ouça*” (2008).

Para conseguirmos atingir o objetivo determinado, além desse referencial teórico, é preciso, primeiramente, compreendermos o enredo do filme. Desta forma, exibiremos, a seguir, uma pequena descrição do filme.

O filme americano retrata a história de uma família atípica, composta pelo pai Dam (ouvinte), mãe Laura (surda) e filho Adam (surdo), que convive sob um ambiente de adaptação social. O filme se desenrola a partir de uma disputa judicial pela guarda de Adam, mas o que se sobressalta na narrativa é o conceito da surdez, de ouvinte, implante coclear e orgulho surdo, que está relacionado ao conflito de identidades surdas e ouvintes, acarretando a produção de vários pontos de vista.

O implante coclear é o ponto-chave que desencadeia as concepções da surdez, gerando o conflito entre as culturas surda e ouvinte. O pai na narrativa é a favor do filho ouvir novamente, por isso defende a cultura padrão do uso da língua oral, com a articulação dos discursos ouvintistas. Enquanto, Laura não vê nenhum problema em ter um filho surdo, se posicionando de forma contrária à Dam, abordando o direito do uso da língua de sinais pôr o surdo, como marca linguística e cultural dele.

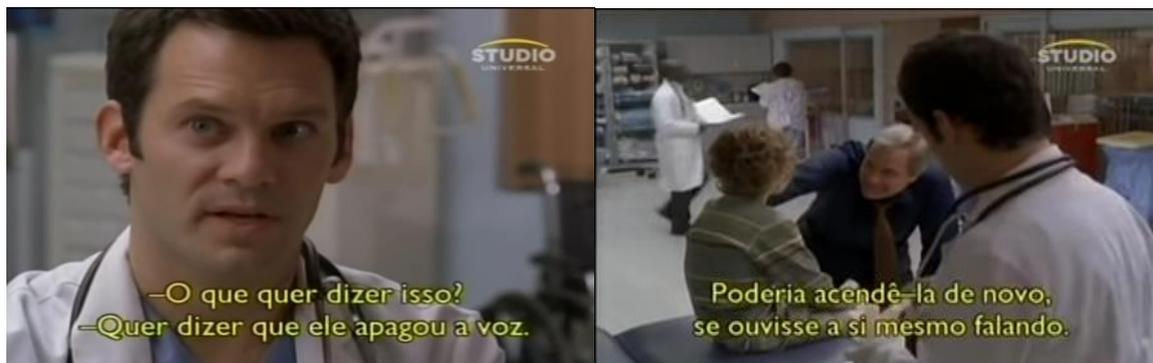
Nota-se no filme que o menino Adam tem contato com as duas culturas, a surda através da família materna e comunidade residencial, que inclusive tem uma escola para surdo, na qual sua mãe é professora, onde todos se comunicam por meio dos sinais. E também com a cultura ouvinte, através da família paterna, com quem ele também se relaciona. Assim, Adam estaria no meio de lutas de relações de poderes entre comunidades com interesses diferentes: o poder ouvinte que busca incluir o surdo em sua cultura oralizando-os e o poder surdo que concebe ao surdo a condição de diferente.

Identificamos quatro eixos com o tema dos discursos que representam a surdez e o indivíduo surdo na produção cinematográfica de Joseph Sargent. Eles abarcam as seguintes

temáticas: imposição cultural ouvinte; o preconceito contra as pessoas surdas; a defesa do artefato cultural linguístico do surdo; identidade e cultura surda: o contradiscurso da comunidade surda. Vamos analisar cada um deles ao longo deste capítulo.

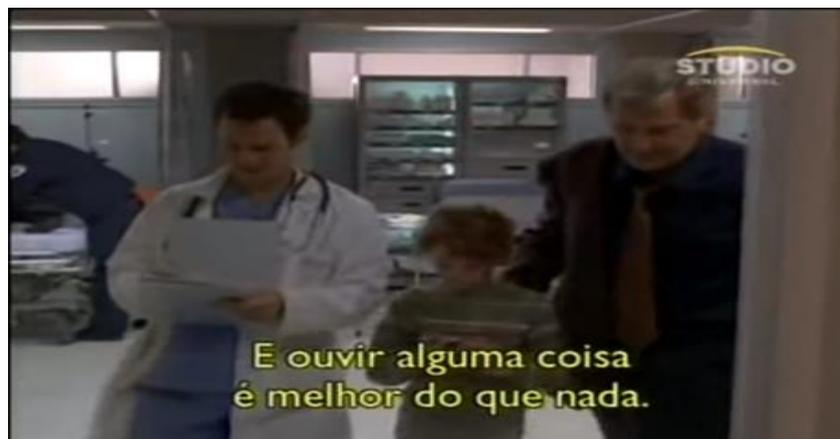
3.1 Imposição cultural ouvinte

Figura 1 – Diálogo sobre a voz de Adam



Fonte: Compilação do autor.⁴

Figura 2 – “E ouvir alguma coisa é melhor do que nada.”



Fonte: Compilação do autor.

As figuras 1 e 2, retratam a cena dos primeiros cuidados hospitalares que Adam recebe após levar uma queda na frente de sua casa enquanto estava brincando com uma bexiga. Nos

⁴ Montagem realizada a partir do recorte de imagens coletadas no youtube, rede de streaming. Disponível em: <https://youtu.be/EJt9NTNT1wo>. Acesso em: 26 maio. 2023. Às 21:00h.

recortes destacados acima, o Dr. Harvey, Dam e Adam estão discutindo sobre a condição da surdez, na qual se encontra o menino, e o que fica evidente neste discurso é o ato de imposição da fala na vida de Adam.

A princípio, Dam acha que a perda de audição do seu filho Adam não lhe atrapalha se comunicar, pois sua esposa Laura ensinou-lhes a falar com o sistema de sinais, assim como ela mesma se comunica desde criança. Dam parece enxergar a perda da audição apenas como uma diferença de modo de expressão e demonstra entender e aceitar a língua de sinais como traço da identidade do sujeito surdo.

A partir de uma análise profunda da ACD é possível verificar as significações dessa conversa. Na expressão do Dr. Harvey “poderia acendê-la de novo. Se ouvisse a si mesmo falando”, nota-se o uso do verbo *poderia*, o qual está no futuro do pretérito, indicando portanto, uma ação que poderia ter acontecido logo depois de um acontecimento no passado. A escolha desse verbo vem para evidenciar a possibilidade de recuperação da audição e da voz através do uso de aparelho de aplicação sonora, que é algo que Adam possuía no passado e perdeu devido às circunstâncias da surdez.

Posteriormente, no enunciado “Ouvir alguma coisa é melhor do que nada” observa-se a presença do verbo “ouvir” que exprimi que o som seja a única maneira de significar e interagir no mundo e do advérbio “nada” para demarcar efeito de desprezo a condição da surdez, ou seja, reforçar o sentido de negação da língua de modalidade gestual-visual. Contudo, percebe-se que as expressões do médico são usadas como uma tentativa de oralizar o personagem Adam que é surdo.

Pedrosa destaca que “os textos absorvem e são construídos de textos do passado, assimilando-os, respondendo-lhes, reacentuando-os e retrabalhando-os” (2008, p. 141). Dessa maneira, no que se refere à intertextualidade, o recorte fílmico remete a opinião do médico sobre a surdez. Desde os primórdios que a história do surdo é marcada pela perspectiva do ouvinte, que assegura o desenvolvimento pleno do ser humano em sociedade somente através da fala. Como argumentos influentes desse grupo, está a conceituação clínica da medicina que trata o sujeito surdo como “débeis mentais”, “defeituosos” e “incapazes”, reforçando uma identidade estigmatizada e estereotipada do povo surdo. Oliveira e Oliveira (2022) nos diz, conforme os estudos da ACD, que “as identidades sociais não só são representadas, mas também são construídas e ou reconstruídas nos e por meio dos discursos. Além disso, elas são legitimadas institucional, cultural e historicamente pela coletividade” (OLIVEIRA E

OLIVEIRA, 2022, p.3). Sendo assim, o médico construiu seu discurso em acordo com os valores sociais e culturais da comunidade ouvinte, que tendem a apresentar um discurso alienado de “cura” e recuperação da voz visando a exclusão disfarçada das diferenças.

De fato, observamos que a fala do médico segue o ideal hegemônico da superioridade ouvinte, pois ele exerce hegemonia para garantir a predominância da comunicação pela oralidade em preferência a língua de sinais.

Na análise da prática social, percebe-se que os indivíduos que fazem parte da subcultura, convivem com os preceitos da cultura que se considera o padrão normalizador da sociedade. Como afirma Morin (2003, apud FALCÃO, 2010, p. 377), “os que vêem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou a ocultar a unidade humana; os que vêem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas”.

Esse discurso reflete ideologicamente que a pessoa que não ouve é considerada como anormal, possuindo uma deficiência, assim como Adam que perdeu a audição e passa a fazer parte desse levantamento. Dessa maneira, devem recorrer a procedimentos cirúrgicos para enquadrar-se em um modelo para serem aceitos. Esse discurso é sustentado pela imagem do personagem médico, o qual expressa o processo de medicalização da surdez provenientes da ideologia ouvinte.

Em seu estudo, Fairclough (2001, p.123), importante pesquisador da área do discurso, afirma que “no senso comum, as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas”. Portanto, tais valores ideológicos fixam na sociedade a existência de sujeitos deficientes, associando os surdos a outros grupos minoritários como deficientes visuais e mentais, exemplificando. Dessa maneira, os atos preconceituosos e estereotipados em relação aos surdos, tanto na área da medicina quanto em outros espaços, se enraizaram na sociedade e tornaram-se práticas comuns.

Nas figuras 3 e 4, a seguir, têm-se outras tentativas de controle social do surdo e imposição da cultura da ouvinte, embora não seja através do personagem médico, mas a partir do pai do menino que faz parte da cultura ouvinte. A ausência da fala de Adam estimula Dam a usar o esporte de beisebol e diálogos familiares como a cena de comemoração do dia de ação de graças para solicitar e insistir que Adam exercite sua voz.

Figura 3 – Esforços de oralização.



Fonte: Compilação do autor.

Figura 4 –Imposição da fala.



Fonte: Compilação do autor.

Observa-se, aqui, que mesmo estando familiarizado com a comunidade surda, o discurso que apresenta o diagnóstico do médico a respeito da surdez causa sentimentos confusos no pai como a preocupação, a não aceitação, e rejeição dos sinais, visto que ele recorda todas as

lembranças de seu filho agindo conforme os padrões de “normalidade”, neste momento, acende a ilusão de ter um filho sem “anormalidades”.

Na expressão “use a voz” emitida por Dam nas figuras 3 e 4, entende-se que Dam controla e domina Adam para forçá-lo pôr em uso a voz, e dessa forma, sobrepor sua ordem cultural, impedindo-o de fazer o uso dos sinais.

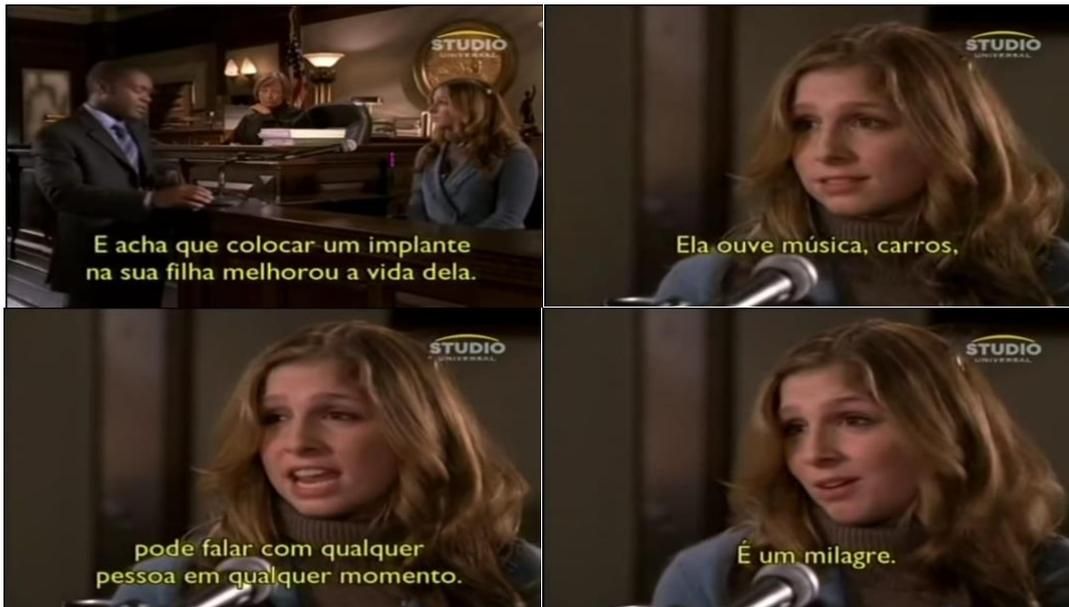
Na análise social, predomina o ensino do surdo por meio da fala. Podemos averiguar uma ideologia dominante do padrão de comunicação estipulado para surdos e ouvintes, sendo assim, o garoto deve somente se expressar por meio da voz, a qual é aceita socialmente, já os sinais devem ser oculto, pois precisam seguir o padrão já estigmatizado de comunicar-se por meio da língua falada.

Pode-se perceber que o treino da fala realizado com Adam deriva da metodologia oralista⁵, criada no congresso⁶ de educadores surdos, em que reconheceram a oralidade como o método de ensino mais ideal a ser seguido pelos surdos. Por sua vez, acabou reforçando a percepção de que a língua do ouvinte seja superior a do surdo, expondo a comunidade surda à subordinação em relação à comunidade ouvinte, impossibilitando assim a identificação da identidade surda. Na figura abaixo, se observa este reflexo de ouvintização dos surdos. (FIGURA 5).

Figura 5 – Aceitação do implante coclear.

⁵ Conforme SÁ (2006, p.78) “O oralismo, aqui referido, diz respeito à imposição exclusiva da língua na modalidade oral, objetivando a integração do surdo na cultura ouvinte e seu afastamento da cultura surda”.

⁶ Segundo SÁ (2006, p.76) “O congresso de Milão de 1880, mas não a partir dele tão-somente, a educação de surdos passou a definir-se pelo modelo clínico-terapêutico, destacando o modelo ouvinte como paradigma e a língua na modalidade oral como objetivo principal a ser insistentemente perseguido. Neste congresso, que tratou dos destinos da educação de surdos no mundo, apenas um educador esteve presente, e lá se definiu que as línguas de sinais deveriam ser forçosamente erradicadas”.



Fonte: Compilação do autor.

A personagem central do recorte acima é a Sra. Parks. Ela foi convidada pelo pai de Adam para testemunhar a seu favor, esclarecendo dúvidas sobre a surdez e a questão do implante coclear. A Sra. Parks acha que o implante ajudou e possibilitou sua filha integra-se na sociedade, à medida que recuperou sua audição e passou a escutar sons de “música”, “carros” e “pode falar”.

Nesse contexto, a expressão “É um milagre” revela a identificação da Sra. Parks com os elementos da cultura ouvinte. Segundo Skliar (2010, p.66) “existem alguns surdos que querem ser ouvintizados a todo custo. Desprezam a cultura surda, não têm compromisso com a comunidade surda”. Sendo assim, o que acontece é uma negação da identidade surda, visto que ela tornou sua filha uma pessoa ouvinte mesmo que através de um implante. O discurso é embasado pela ideologia ouvintista, a qual preconiza a experiência ouvinte e tenta esconder a identidade surda. Fairclough (2001) explica que as ideologias são construídas nas práticas discursivas e que contribuem tanto para modificar quanto para preservar relações de dominação.

3. 2 O preconceito contra as pessoas surdas

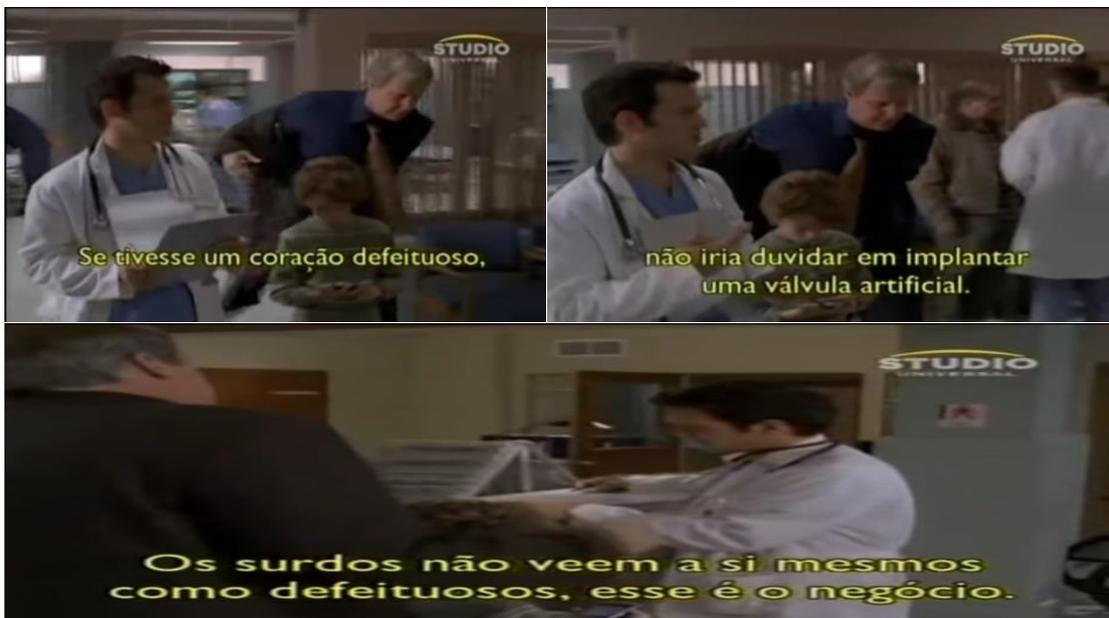
São recorrentes os discursos de caráter discriminatório e preconceituoso transmitidos nas falas dos personagens ouvintes no filme, ainda que os artigos da Constituição de 1988 destaquem o preceito da igualdade e penalidades as discriminações. Apesar de ser crime agir de forma preconceituosa e discriminatória, os personagens dos discursos destacados nas figuras

6 e 7 parecem não se preocupar com a punição. Suas produções discursivas ecoam de forma direta para quem pretende atingir, nesse caso, o garoto Adam, pois é ele que possui a surdez, representando um dos grupos minorizados pela sociedade.

A ênfase da surdez como corpo danificado reforça práticas conservadoras que enxergam diferenças como desigualdades. E aqui “a afirmação da diferença pode vir a favorecer discriminações e atitudes de estranhamento e separação com relação ao outro, favorecendo a formação de mentalidade e sociedades excludentes” (SILVA, 2003, p. 71). Tal qual acontece com Adam e seus parentes do lado materno, no contexto das diferenças há práticas discriminatórias, como a cultura ouvinte neste caso, que nega a representação da identidade surda algum lugar social.

Os personagens ouvintes estabelecem dentro da prática social uma posição de hegemonia, existindo, neste sentido, uma relação de hierarquia social. Nas figuras 6 e 7, a seguir, é demonstrado a força do poder ouvinte sobre os surdos, através da reprodução de estereótipos que reforçam a hegemonia discriminatória da produção cultural dos surdos.

Figura 6 – Propagação de estereótipo surdo.



Fonte: Compilação do autor.

Em relação à força ilocucionária da fala de Dr. Harvey, percebe-se que nos dois primeiros quadrinhos do recorte fílmico a expressão verbal “Se tivesse um coração defeituoso, não iria duvidar em implantar uma válvula artificial” foi usada com o intuito de enquadrar a surdez a um tipo de doença que precisa ser curada e corrigida. E em seguida, no terceiro quadrinho, observa-se que o uso da expressão “Os surdos não veem a si mesmos como

defeituosos, esse é o negócio”, reforça estereótipos surdos, e dessa maneira, serve para legitimar o discurso ouvintista.

No contexto em que foi produzido, ou seja, depois que Dam rejeitou a proposta do implante coclear, em virtude do convívio com a surdez de Laura e Adam, percebemos que há uma comparação sobre o que é a perda de audição e um coração doente quando se aborda o termo “defeituoso”. O que chama a atenção é a frase “Os surdos não veem a si mesmos como defeituosos, esse é o negócio” evoca, de forma intertextual, discursos de pessoas ouvintes.

O discurso de que “Os surdos não veem a si mesmos como defeituosos, esse é o negócio” revela uma das representações clínicas do surdo com embasamento no poder ouvinte. Skliar acentua que “em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber” (2010, p. 59). Sendo assim, o termo “defeituoso” utilizado pelo Dr. Harvey é uma das palavras que os ouvintes utilizavam para significar o sujeito surdo como alguém que necessita de uma correção.

No filme encontramos outros dizeres de personagens ouvintes que se referem ao surdo por meio de estereótipos. Na figura 7, os eventos discursivos utilizados pelo personagem Todd remetem a imagem de Adam, bem como seu lugar social imposto pela classe dos ouvintes.

Figura 7 –Todd discriminar Adam.



Fonte: Compilação do autor.

Em descrição da imagem, o personagem Todd está em frente à sua casa, brincando com Mark de Guerreiros da Noite e Adam se aproxima. Quando Adam caminha em direção aos

garotos para brincar com eles, percebe-se que ele é recebido de forma cruel por um dos garotos. Tratava-se de um garoto ouvinte, que agia de forma preconceituosa sem ao menos ter conhecimento da história e cultura do surdo.

Na análise textual, o uso da expressão “Já chega. É um extraterrestre” reforça o *ethos* de um grupo de indivíduos. “O *ethos* tem a ver com a construção do ‘eu’ e sua identidade social no enunciado”. (PEDROSA,2008, p.137). O enunciado escrito contém “um tom que dá autoridade ao que é dito” (MAINGUENEAU, 2001, p.98 apud PEDROSA,2008, p.137). Dessa maneira, revela o pensamento das pessoas ouvintes em relação aos surdos e influencia os outros a julgarem eles da mesma maneira, pois o fato dele ouvir e o menino Adam não, ele pode caracterizar o menino como um ser estranho, fora da normalidade.

A escolha do vocabulário extraterrestre passa para o telespectador a opinião do personagem Todd quanto sua posição de negação do outro como ser humano, devido sua forma de comunicação, a linguagem gestual. Costa (2010, p.27) acentua o pensamento dos ouvintes em relação ao surdo como uma “[...] figura humana de natureza inferior, não aceita e compreendida pela sociedade que busca figuras para representar este sujeito. Sua imagem encontra similaridades entre os animais e os monstros”. Nota-se que o vocábulo é utilizado como uma maneira de cercear o próximo, ou seja, tentar enquadrá-lo como um ser “anormal”, que tem uma vida fora do padrão. No contexto que está sendo usado acaba colocando a identidade e cultura do personagem Adam em situação de constrangimento, negação de sua identidade e cultura, perante os outros personagens.

Dentro de uma análise discursiva, interpreta-se que as falas de Todd são influenciadas intertextualmente pelas práticas ouvintistas. Na expressão “ele fala assim” fica evidente que a língua de Adam é associada a opressão cultural dos ouvintes, para afirmar que são gestos, mímicas e dessa maneira, expor de forma depreciativa a língua gestual para os surdos. Entretanto, segundo Sá (2006) ela é símbolo de identidade e resistência cultural dos surdos. Ou seja, consequência da luta das comunidades surdas contra a predominância de ideologias exclusivas criadas historicamente e socialmente pelos ouvintes.

Na análise social, predomina no discurso de Todd a valorização e prestígio da fala sobre a língua de sinais. É possível verificar uma ideologia dominante do padrão de língua, assim, somente a comunicação por meio da voz é aceita socialmente, já a língua de sinais é motivo de chacota, pois tem que seguir o padrão já tachado de usar a voz como ferramenta de comunicação.

Nesse sentido, os rótulos negativos colocados sobre Adam derivam do discurso mítico da antiguidade, quando foi dado aos surdos a condição de não humano, em que legitimaram o padrão da língua oral como o ideal a ser praticado. De acordo com Sá (2006, p.73) “imaginava-se, no passado, que o som era o único veículo da linguagem e que esta estava presa ao som”. Logo, acabou-se marginalizando a língua do surdo, colocando-a como inferior e desqualificada.

Portanto, o Dr. Harvey e Todd acabam reproduzindo falas e ideologias naturalizadas em sociedade e se posicionaram acerca da cultura ouvinte, não enxergam como preconceito, pois é algo legitimado que as pessoas surdas têm que se moldar ao padrão estereotipado ouvinte.

3.3 A defesa do artefato cultural linguístico do surdo

Observa-se que o padrão linguístico é o assunto que se repete em todas as cenas do filme, inclusive outro aspecto que chama a atenção é a necessidade que Adam tem de firmar sua língua, no caso a língua de sinais, discurso que também aparece em outras cenas do filme. É importante destacar que apesar dos personagens surdos usarem a língua de sinais, os personagens ouvintes desconhecem essa língua, e, além disso, não as reconhece como produção cultural dos surdos.

É a partir desse discurso que o personagem Adam enxerga a necessidade de se posiciona para que se torne um sujeito visível para Todd, pois a identidade do surdo nas práticas discursivas de Todd, associada a anormalidades, está diretamente ligada ao olhar do ouvinte e não do surdo (FIGURA 8).

Figura 8 – Adam afirma para Todd que é surdo.



Fonte: Compilação do autor.

Nesta imagem, que representa o discurso sobre o ser surdo, é possível concluir que a repetição de palavras usada por Adam é um fator de coesão textual, que contribui para conferir expressividade ao seu discurso. Segundo Fairclough (2001) ao focalizar a coesão é preciso atentar-se como as frases se combinam para formar unidades maiores nos textos, visto que “obtem-se a ligação de várias maneiras: mediante o uso de vocabulários de um campo semântico comum, a repetição de palavras, o uso de sinônimos próximos, e assim por diante”(FAIRCLOUGH, 2001, p.106). Dessa maneira, percebe-se que a repetição das palavras “Sou” e “Surdo” foi utilizada de forma intencional na frase, pois por meio da repetição dessas palavras, Adam tenta frisar a ideia da língua gestual ser uma característica dos surdos. Além disso, a escolha do vocábulo “Surdo” afirma a identidade do sujeito surdo, pois “surdo é a marca que identifica a nós, os surdos, em crescente oposição de termos que próprios no interesse de gerar poder ‘para si e para os outros’ (PERLIN, 2010, p.54 apud OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2022, p.14).

Em análise, na figura 9 os personagens estão no tribunal discutindo sobre o aspecto linguístico do surdo. Percebe-se que a advogada constrói sua tese colocando a língua de sinais em posição duvidosa, pois o advérbio “não” em frase interrogativa transporta a ideia de dúvida.

Figura 9 – A advogada expõe a língua de sinais como uma forma de inglês sinalizado.



Fonte: Compilação do autor.

Sobre a força ilocucionária particular dessa conversa, observa-se que a advogada e a Dr. Cannon entregam enunciados de intenções diferentes. As expressões “a língua de sinais é uma forma de inglês, não é?”, “não? Não consiste em falar inglês com as mãos?”, foram usadas com o intuito de sugerir a língua de sinais como uma forma reduzida do inglês, e assim, provocar uma reflexão acerca da língua de sinais, língua usada pelos surdos. Em contrapartida, no segundo e quarto quadrinho, percebe-se que o uso das expressões “a língua dos sinais não é inglês”, “não, é uma linguagem propriamente oficial”, destaca a língua de sinais como modo de expressão própria da comunidade surda e desta forma, é empregado para legitimar o discurso surdo. Como cita Sá:

A língua de sinais faz parte da experiência vivida da comunidade surda. Como artefato cultural, ela também é submetida à significação social. Nesta submissão aos critérios socialmente valorizados, a pesquisa linguística tem provado que as línguas de sinais são sistemas de linguagem ricos e independentes [...] (SÁ, 2006, p.108).

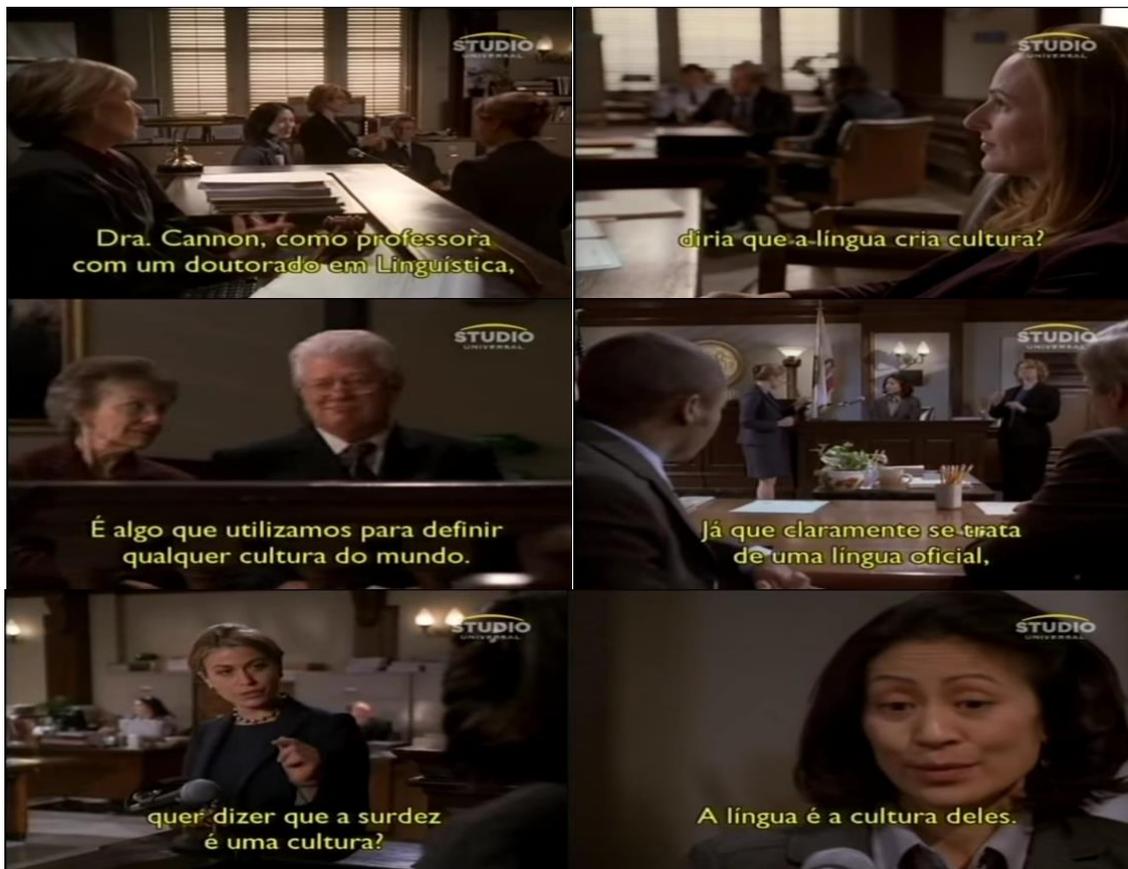
Com efeito, em contraposição aos discursos ideológicos ouvintes, nas figuras 10 e 11, a seguir, vemos um novo olhar sobre a língua de sinais, agora delimitada como artefato cultural do surdo.

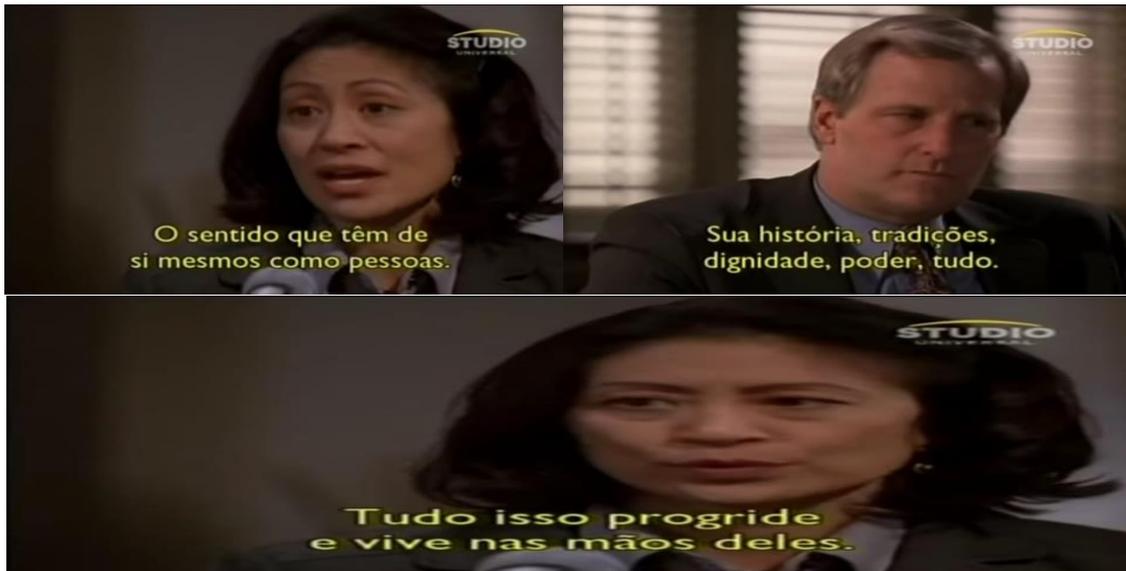
Figura 10 – “A mãe me deu mãos mágicas.”



Fonte: Compilação do autor.

Figura 11 – Interrogatório sobre a língua e a cultura surda.





Fonte: Compilação do autor.

Na figura 10, temos um recorte da cena em que Adam se feriu indo atrás de uma bexiga e precisou ir ao hospital, mais especificamente a parte do diálogo efetuado entre Adam, Dam e o médico do hospital, o Dr. Harvey. No referente diálogo Dam explica ao médico que seu filho é surdo há alguns anos, e explana que a mãe Laura é também surda e a partir disso ele afirma e questiona Adam sobre o aprendizado da língua de sinais, obtendo a seguinte resposta do garoto: “A mãe me deu mãos mágicas”.

Na análise da prática textual, convém enfatizar a escolha da oração. Segundo Fairclough (2001, p.104) “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença”. Nesse enfoque, em termos do significado ideacional, na figura 10 temos uma oração transitiva que pode ser entendida como uma metáfora: “A mãe me deu mãos mágicas”. Nota-se que o termo “mãos mágicas” é utilizado para fazer menção a língua gestual usada pelos surdos. Sendo assim, as mãos mágicas, seria o mecanismo que a mãe usou para fornecer condições para Adam expressar seus pensamentos e ideias. Contudo, nesta oração, há exaltação da língua de sinais, a qual é vista como um fator positivo para integração do surdo em sociedade.

Na figura 11, a advogada conduz a audiência de processo de guarda, estabelecendo um diálogo com a Dr. Connon, oportunizando esclarecer a questão da surdez. O que se destacam são as respostas da Dr. Connon, que retomam, intertextualmente, discursos de militâncias surdas. A professora possui uma especialização em linguística e se posiciona politicamente com

base em estudos socioantropológicos⁷, os quais sempre buscam ressaltar a língua, identidade e cultura surda, e assim espera novas posturas da sociedade.

Buscando conquistar o reconhecimento das diferenças culturais e identitárias dentro da sociedade ouvinte, a Dr. Connon alicerça seus discursos em pressupostos evolucionistas. Quando ela diz que a língua “é algo que utilizamos para definir qualquer cultura do mundo” percebe-se que ela refere-se a língua como um meio de afirmação da cultura e identidade surda, pois “a língua é um fator basilar na construção do discurso identitário e cultural do surdo” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2022, p.13).

Numa análise social, predomina a visão intelectual sobre a interpretação diferenciada do sujeito surdo, de incapacitado e deficiente para capacitado, diferente. Podemos verificar uma prática discursiva emancipatória, na qual a língua de sinais é denominada como principal elemento cultural do surdo. Segundo Strobel (2008) a língua é o artefato cultural linguístico dos surdos, sendo uma das referências da comunidade surda. Ou seja, aquilo que possibilita o sujeito surdo ter seu próprio modo de ser, enxergar, perceber e transformar o mundo.

Esse evento discursivo reflete ideologicamente que a língua de sinais é um meio de comunicação, assim realoca a posição-sujeito surdo de anormal para normal mediante sua diferença comunicacional. Como afirma Oliveira e Oliveira (2022, p.10) a compreensão do surdo como pessoa, com língua própria

[...] foi um dos fatores preponderantes na reconstrução discursiva da identidade social do surdo, pois de todos os elementos que nos inserem numa sociedade, a língua é a base, o meio pelo qual sabemos quem somos e a qual grupo pertencemos (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2022, p.10).

Desta maneira, é possível inferir que a Dr. Connon constrói e reafirma a identidade social do surdo por meio de seu diferencial linguístico- a língua de sinais, pois “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela auxilia a proposta de que o discurso apresenta o mundo” (ZÁGARI, 2006, p.66 apud OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2022, p.10).

Portanto, enfatiza-se o poder da língua de sinais na ressignificação da posição-sujeito do surdo em sociedade, bem distante dos discursos dados historicamente pelos personagens

⁷ O estudo socioantropológico é “relativo à sociantropologia, ao estudo do ser humano na vertente sociocultural[...]” (SOCIOANTROPOLÓGICO, 2023)

ouvintes. Consequentemente, a Dr. Connon aliada aos surdos não aceita os discursos normalizadores e resiste às práticas discursivas ouvintistas dominantes, para criar uma identidade positiva da surdez.

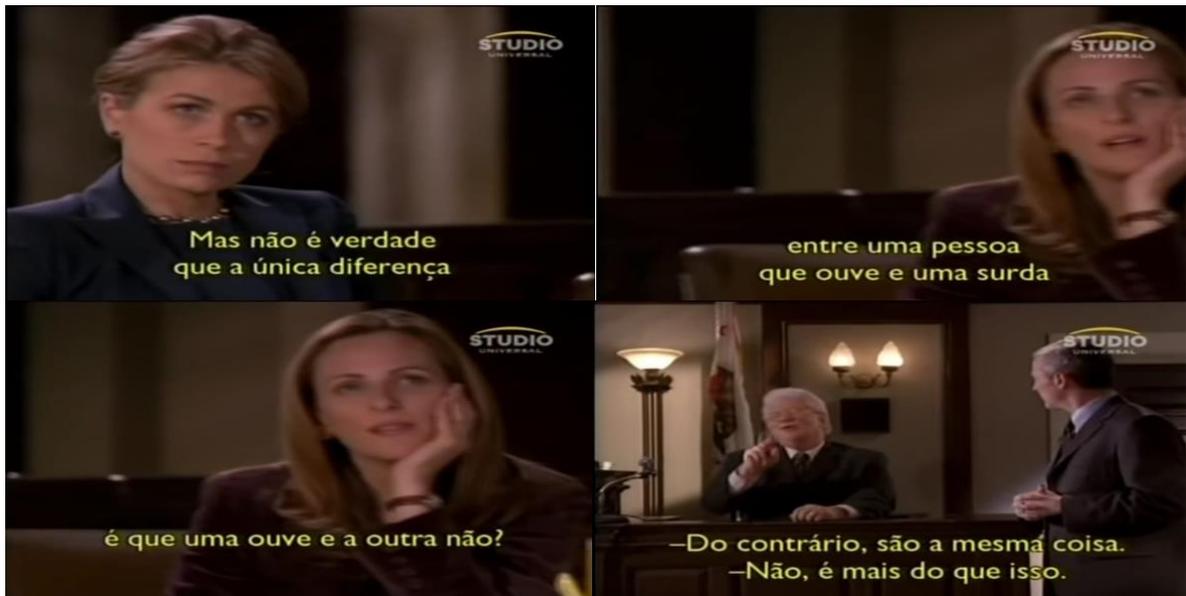
3.4 Identidade e cultura surda: o contradiscurso da comunidade surda

Figura 12 – A advogada questiona Srta. Kramer no tribunal.



Fonte: Compilação do autor.

Figura 13 – O contraste entre surdo e ouvinte.



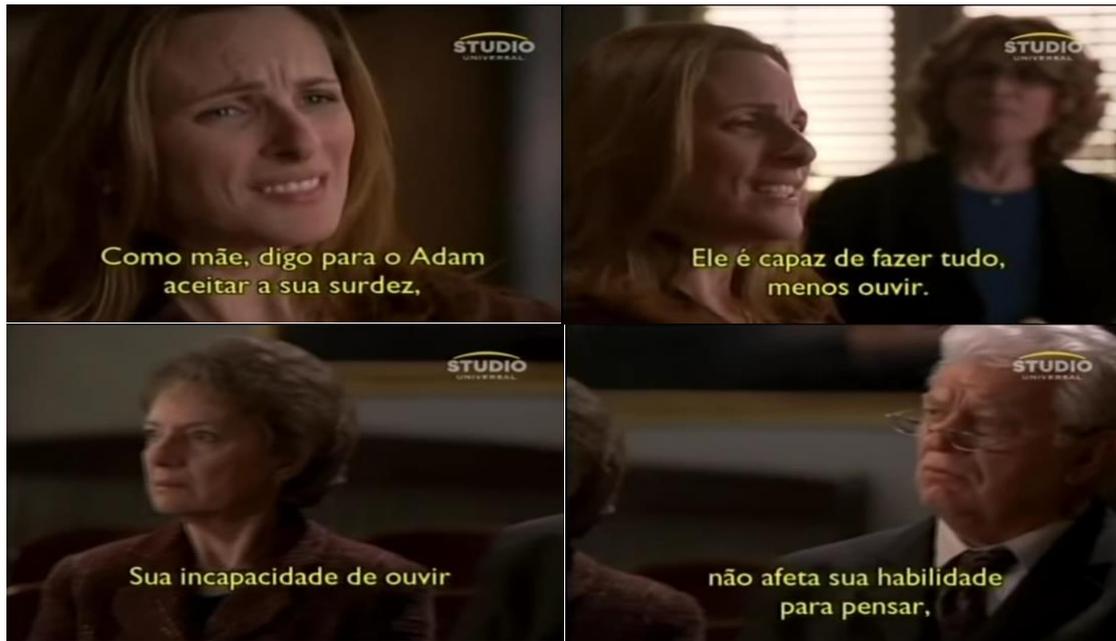
Fonte: Compilação do autor.

Figura 14 – “Eu sei quem sou, tenho minha gente, meu idioma, minha cultura, e minha identidade.”



Fonte: Compilação do autor.

Figura 15 – Laura profere discurso de aceitação da surdez.



Fonte: Compilação do autor.

Figura 16 – Preocupação de Laura com Adam.



Fonte: Compilação do autor.

As figuras 12, 13, 14, 15 e 16 apresentam recortes de cenas da audiência no tribunal, em que se defende a guarda de Adam. Esses recortes apresentam discursos que buscam transformar as ideologias dominantes, pois ao produzir e manipular seu discurso os personagens põe em evidência sua posição ideológica. Conforme Sá (2006) toda a discriminação a cultura surda e a língua de sinais fez surgir movimentos de lutas políticas contra as práticas colonizadoras dos ouvintes. Notavelmente, os integrantes da comunidade surda unem-se no tribunal para apontar um novo discurso sobre o surdo, o qual defende as suas condições culturais.

Este novo discurso, instala-se em sociedade como contra discurso do surdo, na qual proporciona formações discursivas que vigoram o fortalecimento do grupo surdo como indivíduo diferente. Sá justifica esse contra discurso do surdo como discurso da

[...] resistência, e o agrupamento identificador dos surdos com outros iguais possibilitou a construção de identidades que ultrapassaram/ultrapassam o pertencimento de classe e construíram identidades baseadas mais naquilo que alguns defendem como ‘etnia’ da surdez (SÁ, 2006, p.80).

Desse modo, ora o contra discurso do surdo se manifesta como fator afirmativo de força e poder, ora como forma de contestação do surdo sobre a sua posição social. Podemos inferir que estes discursos representam um conjunto de indivíduos que não se reconhecem através dos discursos hegemônicos de perspectiva clínico-terapêutica e oralista. E em posição inferior reconhece que necessita posicionar-se para ser possível encaixar-se e reconhecer-se positivamente em sociedade.

A figura 12 traz parte do diálogo sobre a metodologia usada na escola primária para surdos do Condado. Em relação à força ilocucionária do recorte fílmico, observa-se que os dizeres da advogada, nos primeiros quadrinhos, partilham ideias ouvintistas. As expressões “alguma criança da escola tem implante coclear?”, “E quando vê uma criança com implante, o que acha?” foram usadas com o propósito de ressaltar o surdo pelo aspecto biológico. Em contrapartida, nos últimos quadrinhos, nota-se que as respostas da Srta. Kramer, intérprete da língua de sinais da escola, dizendo: “A política consiste em que todos falem com sinais”, “Não pensamos na surdez como uma deficiência que deve ser corrigida”, “elas falam com as mãos”, reforça a identidade social do surdo pelas suas particularidades culturais e linguísticas e dessa forma, serve para validar o contra discurso do surdo.

Na figura 13, encontramos o recorte da cena do ato interrogatório da advogada de Laura tendo como testemunha o avô paterno de Adam, especificamente a parte da defesa do surdo. O discurso de que “Mas não é verdade que a única diferença entre uma pessoa que ouve e uma surda é que um ouve e a outra não?” revela uma reflexão da cultura ouvinte sobre a surdez, na qual o surdo é considerado diferente do ouvinte, pela falta de audição.

Quando o avô responde “Do contrário, são a mesma coisa”, “Não, é mais do que isso” percebe-se que ele constitui a identidade do surdo pela interpelação da ideologia da língua de sinais, que o coloca na posição de sujeito normal. Nesse enfoque, “[...] o sujeito surdo não é posicionado pela falta incompletude, ele agora é posicionado pela falta peculiaridade. A surdez torna-se característica, e não mais anomalia” (COSTA, 2010, p.49). Contudo, em relação às afirmativas do avô, há imposição de um contra discurso do surdo que rompe com a soberania

ouvinte e estabelece a língua do surdo como um canal de comunicação, afirmando a ideia de que são apenas usuários de línguas diferentes.

Os discursos apresentados nas figuras 14, 15 e 16, ressaltam crenças do surdo, e, portanto, são constituídos ideologicamente pelos dizeres dos próprios surdos. No enunciado do avô materno de Adam, dizendo: “Eu sei quem sou, tenho minha gente, meu idioma, minha cultura, e minha identidade” observa-se que o discurso usa o pronome pessoal do caso reto “eu” para se referir que o personagem está falando das ações dele, enquanto sujeito surdo. Em seguida, nota-se, o uso constante do pronome possessivo “minha” em 1º pessoa do singular, para indicar a singularidade do sujeito surdo, reafirmando a ideia de pessoa que tem suas próprias características. Todavia, “minha gente”, “meu idioma”, “minha cultura” e “minha identidade” marcam o discurso de cultura e identidade surda produzido pelos próprios surdos para gerar nova imagem do surdo por meio dos vocábulos.

Nas expressões “Como mãe, digo para o Adam aceitar a sua surdez”, “Ele é capaz de fazer tudo menos ouvir”, “Sua incapacidade de ouvir Não afeta sua habilidade para pensar”, “Meu trabalho é ensinar o Adam a ser ele mesmo...”, “... a comemorar sua diferença, sua singularidade” fica evidente que Laura buscar marcar a identidade de Adam pela especificidade da diferença e não mais pelo conceito patológico. Dessa forma, percebe-se que há um cuidado na construção da identidade da criança, para Laura importa reconstruir e construir um novo “eu” para o surdo, a partir do contexto da surdez enquanto diferença cultural. Em relação à construção do “eu” nos discursos, Fairclough afirma que:

Quando se enfatiza a construção, a função da identidade da linguagem começa a assumir grande importância, porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas (FAIRCLOUGH, 2001, p.209).

Dessa maneira, percebe-se que as construções discursivas dos personagens representam o contra discurso do surdo e buscam ressignificar a surdez em sociedade, fazendo com que estes sujeitos assumam uma posição de autoridade e dessa forma, consigam afirmar sua cultura e identidade, passando a ocupar um lugar social que também é seu por direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs analisar sob o aporte teórico da ACD o filme *Nada que eu ouça*, do produtor Joseph Sargent, como meio de compreender os discursos que representam e constituem a cultura e identidade surda ao longo do tempo. Seu roteiro é apoiado em múltiplos flashbacks e garante ao telespectador diversos ângulos da trajetória cultural do surdo, tornando-se de extrema importância a sua escolha. Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram atingidos, já que por meio da teoria social de Fairclough sobre a ACD, foi possível verificar que os discursos trazidos pelo filme manifestam crenças, discursos preconceituosos e ideologias já estabelecidas na esfera social. O filme abordou também a posição do surdo e revelou o contra discurso do surdo que não despreza a língua de sinais, mas a reconhece como fator importantíssimo para afirmação de sua identidade social. Notou-se que estão presentes na construção identitária do surdo, o discurso ouvinte e o discurso do surdo.

Nos flashbacks de cenas contidos no primeiro eixo da análise percebemos que os discursos dos personagens Dam e Dr. Harvey se sustentam no discurso hegemônico ouvintista, no qual predominavam as formas de controle e poder ouvinte. Essas práticas ouvintistas não consideravam as diferenças culturais e buscavam homogeneizar o surdo, enfatizando a ideologia oralista que contempla a surdez como deficiência e visa o estímulo da audição com propostas de dispositivos eletrônicos e a aprendizagem da fala pelos surdos. Elas obrigavam o surdo a seguir o modelo cultural ouvinte.

Em seguida, na análise do segundo eixo, podemos perceber o quanto a cultura surda relacionada a língua de sinais é desconhecida e desvalorizada pelo ouvinte. Os discursos proferidos tanto pela figura médica quanto pelo personagem ouvinte, concederam ao surdo uma imagem negativa na sociedade, visto que, ela se ancora num estigma atrelado as concepções patológicas, que sempre geram atitudes preconceituosas e fragilizam a identidade cultural do surdo.

No terceiro eixo de análise, observamos nos discursos um processo de mudança cultural, em que a língua é redefinida e reconstruída num embate entre práticas ouvintistas e discursos socioantropológicos. Estes, trazem o olhar do surdo sobre a língua sinais e dão visibilidade a ela como sua língua oficial, pregando ideologias baseadas nos direitos do surdo, como forma de defender o respeito as diferenças, possibilitando o surdo a definir uma identidade surda.

Por fim, analisando o quarto eixo, que apresenta as produções discursivas da intérprete da língua de sinais e dos personagens surdos, notamos uma postura de resistência deles contra a opressão cultural ouvintista. Mesmo diante da proibição do uso de sinais, marginalização por parte da sociedade dominante, os personagens surdos se engajaram para reivindicar a própria cultura e identidade, através da imposição de um contra discurso. Nesse discurso de poder surdo, o desenvolvimento da identidade social do surdo está relacionado ao fortalecimento de suas condições culturais, principalmente a sua experiência linguística, ao passo que é através dela, que o sujeito surdo adquire autoridade para se integrar na sociedade como sujeito diferente em vez de anormais.

Diante do exposto, podemos concluir que por meio da indústria cinematográfica os cineastas podem propagar e moldar conceitos, normas sociais e valores. Assim, acreditamos que seja necessário atentarmos para todas as representações discursivas sobre o sujeito surdo produzidas pelo cinema, visto que ele também ajuda os telespectadores a refletir, conhecer e entender melhor a importância da cultura e identidade surda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Éden Veloso; Filho, Valdeci Maia. **Aprendas Libras com Eficiência e Rapidez**. Curitiba: Mão Sinais, 2009.

AVELINO, Yvone dias. FLÓRIO, Marcelo. **História cultural: o cinema como representação da vida cotidiana e suas interpretações**. Projeto História, São Paulo, n. 48, Dez. 2013.

BARROS, J. D. A. **Cinema e história- as funções do cinema como agente, fonte e representação da história**. Ler História [Online], 52/ 2007, posto online no dia 20 de março 2017. Disponível em: <<http://journals.opendition.org/lerhistoria/2547>>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: BENJAMIN, W. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERNADET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BARRETO, Madson. **Escrita de sinais sem mistério**. 2º ed. Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.

BICULTURALISMO. In: DICIO, **Infopédia Dicionários Porto Editora**. Porto Editora., 2023. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/biculturalismo>>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

BIGOGNO, Paula Guedes. **Cultura, comunidade e identidade surda: o que querem os surdos**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 Abr. 2023

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dez. 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 12 de Abr. de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 22 de Abr. de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 de Abr. de 2023.

COSTA, A. **Compreender o cinema**. São Paulo, Globo:1989.

COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje: posição, sujeito e identidade.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

CAPUZZO, Heitor. **Cinema: aventura do sonho.** Coleção Portas abertas; V 12, São Paulo. Editora Nacional, 1986.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Surdez, Cognição Visual e Libras: estabelecendo novos diálogos.** Ed. do Autor. Recife, 2010.

FORLATECIMENTO, E. **FILME: Nada que eu ouça.** YouTube, 10 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://youtube.be/EJt9NTNTlwo?si=3qi2wGKTekeXL5IU>>. Acesso em: 12 de Abr. de 2023.

GESSER, Audrei. Libras: **Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual pesquisa qualitativa.** Belo horizonte, Grupo Anima Educação, 2014.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Libras- língua brasileira de sinais.** Londrina: educacional S. A., 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOTMAN, Yuri. **ESTÉTICA E SEMIÓTICA DO CINEMA.** N.º 1 Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1978.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

NEVES. J. L. **PESQUISA QUALITATIVA-CARACTERÍSTICAS, USOS E POSSIBILIDADES.** CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO, SÃO PAULO, v.1, N° 3, 2º SEM./1996. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

OLIVEIRA, D. M. M. **OS SURDOS DE ARACAJU: observação do discurso cultural e identitário dentro do contexto social ouvinte.** Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Sergipe (UFS) f:il. São Cristovão- SE, 2012.

OLIVEIRA, D. M. OLIVEIRA, D. M. M. **O papel do discurso nos processos de constituição identitária do surdo: um olhar da análise crítica do discurso.** Periódico Horizontes- USF- Itatiba, SP- Brasil-e022018.v.40 N. 1 (2022) Disponível em: <<http://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1211>>. Acesso em: 12 de Abr. de 2023.

OLIVEIRA, E. T. de; MORITZ, Jaqueline; CEZÁREO, E. T. de O. **UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFENÇAS ESTRUTURAS ENTRE A LÍNGUA PORTUGUESA E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA PRODUÇÃO TEXTUAL DO ALUNO SURDO.** III Cintedi, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA7_I_D1164_02082018095632.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

RESENDE, V. D. M. RAMALHO, V. C. V. S. **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, DO MODELO TRIDIMENSIONAL À ARTICULAÇÃO ENTRE PRÁTICAS: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.** *Linguagem em (Dis)curso- LemD*, Tubarão, v.5, n.1, p.185-207, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307/323>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: arte e indústria.** São Paulo. Editora Perspectiva S. A. 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo. V.15, nº 29, 1995.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise Crítica do Discurso: do linguístico ao social no gênero midiático** (interface: letras e comunicação social). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008).

PIRES, M. da. C. F. SILVA, S.L. P. da. **O CINEMA, A EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOCIAL CONTEMPORÂNEO.** *Educ. Soc*, Campinas, v.35, n. 127, p. 607-616, abr-jun.2014.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação para surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira e GESUELI, Zilda Maria (orgs). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades.** São Paulo: Plexus Editora, 2003.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

SKLIAR, C. B. **A reestruturação curricular e as políticas educacionais para as diferenças: o caso dos surdos.** In SILVA, L. da.; AZEVEDO J. C.; SANTOS, E. *Identidade Social e construção do conhecimento.* Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1997)

SOCIOANTROPOLÓGICO. In: DICIO, **priberam Dicionário.** Priberam Informática, S. A., 2023. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/socioantropol%C3%B3gico>>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

SOUZA, Éder Cristiano de. O que o cinema pode ensinar sobre a História? Ideias de jovens alunos sobre a relação entre filmes e aprendizagem histórica. **História e Ensino**, Londrina, v.16, n.1, 2010. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11597>>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Ed. da UFSC. Florianópolis, 2008.

SUTTON, Valeria. Prefácio, In: Barreto, Madson. **Escrita de Sinais sem mistério.** 2º ed. Salvador, vl: Libras Escrita, 2015.

TURNER, Graeme. **Cinema como prática social.** São PAULO: Summus Editorial, 1997.

10 de Setembro- Dia Mundial da Língua de Sinais. **Núcleo de Acessibilidade Uema. São Luíz /MA., 10 de setembro de 2019.** Disponível em: <<https://www.nau.uema.br/?p=311>>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência.** 3º edição- São Paulo, Paz e Terra, 2005.